Diário do Acionista
Caderno Publicações Digitais, 08 de abril de 2026

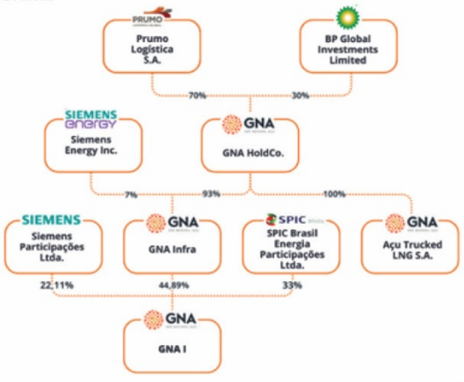
JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2026.04.08 07:43:24 -03'00'

UTE GNA I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 23.449.511/0001-90

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas, a Administração da UTE GNA I Geração de Energia S.A. submete à sua apreciação o Relatório da Administração relativo ao exercício de 2025 e as principais atualizações operacionais e financeiras comparadas com o exercício de 2024. **i. Mensagem da Administração:** O ano de 2025 representou mais um marco importante na trajetória da UTE GNA I, com foco na consolidação dos resultados operacionais e financeiros, reforçando o nosso papel estratégico para a segurança energética do Brasil complementando a geração intermitente e sazonal das fontes renováveis. A UTE GNA I fechou o ano com uma disponibilidade operacional real de 92,8%, desconsiderando expurgos regulatórios e de garantia. O nosso terminal alcançou uma disponibilidade real de 96,3% e operou 14 transbordos de GNL em 2025, entre GNA I e GNA II, contribuindo ao comissionamento, entrada em operação em maio de 2025 bem como a primeira fase de inflexibilidade da UTE GNA II entre julho e novembro de 2025. Nossa eficiência ambiental foi reconhecida, pelo terceiro ano consecutivo como a usina mais eficiente do Brasil, ou seja, com a menor intensidade de emissão (tCO2e/GWh) e a maior eficiência entre as usinas do Sistema Interligado Nacional (SIN), segundo estudo do Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA). Outro diferencial é o uso sustentável da água. Nossa planta de dessalinização e desmineralização de água do mar abastece os tanques de água de serviço, torres de resfriamento e combate a incêndio da UTE GNA I e da UTE GNA II. Essa iniciativa proporciona uma produção independente do fornecimento externo ou de captação de água doce. Continuamos atuando fortemente na nossa cultura de saúde segurança, concluindo a implantação da UTE GNA II e mais um ano de operação das plantas sem acidentes de trabalho com afastamento. Em 2025, fizemos uma intensa agenda de simulados de emergência e o lançamento de dois programas importantes para reforçar as ações preventivas: Princípios de Liderança em Segurança da GNA e Regras que Salvam Vidas, baseado em diretrizes da IOGP.No campo econômico- financeiro, apresentamos uma evolução significativa. O prejuízo líquido do exercício, de R$ 138 mil, reverteu o resultado do ano anterior, enquanto o EBITDA avançou 48% e atingiu R$ 642,5 milhões. A expressiva melhora no desempenho econômico-financeiro, fruto de disciplina na gestão de caixa, receitas financeiras maiores e efeitos positivos de variação cambial, demonstra a resiliência do negócio. Evoluímos também em governança, sustentabilidade e gestão de pessoas. Destacam-se o lançamento do programa de inovação, InovaÊ, a adoção de metodologia padronizada de auditoria interna, o fortalecimento dos programas socioambientais e a conquista de posições relevantes nos rankings *Great Place To Work* ® (GPTW), com avanços importantes em diversidade, segurança e bem-estar. O início da operação comercial da UTE GNA II representou um marco histórico para a Cia. e consolidou nosso complexo como o maior parque termelétrico a gás natural da América Latina, com 3 GW de capacidade instalada. Guiados pelo planejamento estratégico GNA+5, seguimos focados em excelência operacional, sinergias entre UTE GNA I e UTE GNA II e compromisso com os mais altos padrões ambientais, sociais e de integridade corporativa. Agradeço aos acionistas, conselheiros, colaboradores, parceiros e comunidades pelo apoio contínuo. Estamos preparados para seguir avançando com responsabilidade, inovação e visão de LP. Atenciosamente, **Emmanuel Delfosse-***Diretor Presidente*. **ii. Destaques 2025:** ♣ Destaques Operacionais: ○ Ao longo de 2025, a GNA concluiu com sucesso o processo de dragagem, dentro do prazo e a um custo 20% inferior ao previsto, bem como a formalização do contrato de rebocadores dedicados, o que resultou em maior segurança operacional e redução de custos de aproximadamente 28%. Além disso, a recertificação do Código ISPS foi concluída com sucesso, incluindo a aprovação do Estudo de Análise de Riscos (EAR) e a conclusão das auditorias pelos Portos para atualização da Declaração de Conformidade. ○ **Eficiência Energética:** UTE GNA I foi reconhecida, pelo terceiro ano consecutivo, como a usina mais eficiente do Brasil. O estudo conduzido pelo Instituto de Energia e Meio Ambiente revela que a UTE GNA I apresenta **a menor taxa de emissão de carbono do estudo**, emitindo menos gases de efeito estufa por GWh gerado quando comparada a outras 55 termelétricas do Sistema Interligado Nacional (SIN). ♣ Destaque Financeiros: ○ Realização do resgate antecipado integral das Notas Comerciais, com pagamento total de R$ 175.240.434,07, comprovando a boa situação financeira da empresa e reduzindo o seu nível de endividamento. ♣ Destaques Corporativos: ○ **Inovação:** Lançamento do **Programa InovaÊ**, que define os objetivos estratégicos de inovação na GNA e destaca *Eficiência Operacional; Transição Energética; e Saúde, Meio Ambiente e Segurança e Desenvolvimento Social* como as principais temáticas de atuação dos projetos de inovação. ○ **Gestão de Pessoas:** Publicação da **Política de Recursos Humanos** e estreia da GNA no *ranking* nacional de indústrias de médio porte da GPTW, além do *Top 10* entre as melhores empresas para as mulheres trabalharem no Brasil. ♣ Destaques Socioambientais: ○ **Combate à Violência Baseada em Gênero:** Revisão do programa de gestão de riscos em violência baseada em gênero estreita a atuação da GNA com os fornecedores terceirizados em prol de um ambiente de trabalho mais seguro e saudável para todas as pessoas. ○ **Conservação da Fauna:** Parceria com UENF e Reserva Caruara cria projeto de conservação da preguiça-de-coleira-do-sudeste, espécie ameaçada de extinção na área de restinga. ♣ Destaques de Governança: ○ **Compliance e Diversidade & Inclusão:** Realização da 1ª Semana Integrada de Compliance e D&I, com tópicos relacionados ao Código de Conduta Ética, Ambiente de Trabalho, Canal de Denúncia e divulgação de cartilha interna focada em letramento sobre Diversidade e Inclusão; ○ **Plano Plurianual de Auditoria Interna:** Publicação de diretrizes e políticas internas, em linha com as melhores práticas do mercado, com o objetivo de instituir metodologia padronizada para o planejamento e execução de auditorias internas plurianuais, fortalecendo a governança e a gestão de riscos da Cia. ♣ Reconhecimentos/Premiações: ○ **GPTW:** Pelo sexto ano consecutivo, conquistamos o selo de uma das Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil, concedido pela consultoria *Great Place to Work*®. ■ **10 lugar no *ranking* Melhores Empresas para as Mulheres Trabalharem no Brasil:** → Fomos reconhecidos como a melhor empresa do setor de energia para mulheres trabalharem no Brasil e ficamos em 10 lugar no *ranking* nacional do GPTW Mulher 2025 para empresas médias. ■ **16 lugar no *ranking* das melhores empresas do Estado do RJ:** → Pelo quinto ano seguido, estamos entre as melhores empresas para trabalhar no RJ. ■ **33º lugar no *ranking* Indústria:** → Fomos reconhecidos, pela primeira vez, como uma das Melhores Empresas para Trabalhar - Indústria de Porte Médio, sendo a única do setor de energia presente no *ranking*. ○ **Prêmio ESG, da Associação Brasileira de ESG®:** ■ 2º lugar na categoria Equidade de Gênero e Empoderamento Feminino, com o programa de qualificação profissional executado durante as obras da GNA II. ○ **Latin America & Caribbean LNG Industry Awards 2025:** ■ Conquistamos o prêmio *Company of the Year* durante o *5th International GNL Global Forum*, como reconhecimento pela contribuição ao mercado de GNL na América Latina e Caribe. ○ **Conecta Cais 2025 :** ■ Evento de inovação e sustentabilidade do Porto do Açu. Conquistamos o 1º lugar na categoria Transição Energética (projeto Hipoclorito) e o 2º lugar na categoria Transformação Digital (projeto GNoMo). ○ **Selo Ouro do programa brasileiro GHG Protocol:** ■ Conquistamos, pelo quarto ano seguido, o selo que atesta o mais alto nível de qualificação no cumprimento dos critérios para publicação e verificação de dados de emissão de GEE, referente ao ano de 2024, para a sociedade, por meio do Registro Público de Emissões. **iii. *Perfil Corporativo e Organograma Societário:*** A UTE GNA I Geração de Energia S.A. com sede em São João da Barra, no estado do RJ, foi constituída em 17/09/15. Em 20/10/17, foi efetuada a transformação do tipo jurídico da Sociedade, que passou de sociedade empresarial Ltda. para S.A. de capital fechado. Tem como objeto societário estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar sistemas de geração de energia elétrica que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito; comercializar energia elétrica; atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de geração e transmissão de energia; construir, manter, operar e explorar terminais de gás natural liquefeito (GNL) e dutos de gás natural; A UTE GNA I opera comercialmente, desde 16/09/21, no Porto do Açu, em São João da Barra/RJ, dois ativos estratégicos: ○ **Usina Termelétrica a gás natural em ciclo combinado,** com capacidade instalada de 1,3 GW, destinada ao atendimento das obrigações contratuais da UTE Novo Tempo em seus contratos de comercialização de energia. A energia gerada pela usina está conectada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) por meio de uma **Linha de Transmissão (LT) 345kV** e subestações associadas. ○ **Terminal de Regaseificação de GNL (TGNL),** com capacidade de regaseificação de até 21 milhões de metros cúbicos por dia, que assegura a importação de gás natural para o Projeto GNA I, para futuras usinas de energia e para outros projetos potenciais na área Industrial do Porto do Açu. A UTE GNA I, em conjunto com a UTE GNA II, também instalada no mesmo complexo, compõe o maior parque termelétrico a gás natural em operação da América Latina, totalizando 3GW de capacidade instalada, o suficiente para abastecer aproximadamente 14 milhões de residências. Reconhecidas entre as mais modernas do país, as UTEs GNA I e GNA II operam em ciclo combinado, sendo compostas, cada uma, por três turbinas a gás e uma turbina a vapor. Dotadas de tecnologia de ponta, alcançam eficiência energética de até 59%, aliando elevado desempenho operacional aos menores níveis de emissão entre as usinas em operação no Brasil. Desde 28/01/21, a UTE GNA I tem como acionistas controladores, em conjunto, a Gás Natural Açu Infraestrutura S.A. ("GNA Infra"), Siemens Participações Ltda ("Siemens") e SPIC Brasil Energia Participações S.A. ("SPIC"), subsidiária da State Power Investment Corporation da China.



iv. Ambiente Macroeconômico: A economia brasileira registrou em 2025 um crescimento moderado, com expansão de 2,5% segundo o IBCBr. A inflação manteve trajetória de desaceleração, encerrando o ano com alta acumulada de 4,44%, dentro do intervalo de tolerância da meta oficial. O câmbio operou em média ao redor de 5,70 BRL/USD. A taxa Selic fechou o ano no patamar de 15%. **v. Desempenho operacional:** O ano de 2024 foi marcado por um aumento no despacho devido a ondas de calor e menor geração renovável, enquanto 2025 tem se caracterizado por uma operação focada em prontidão e eficiência em períodos de baixo despacho. • Produção de Energia: A produção de energia da usina apresentou queda entre os dois exercícios; enquanto 2024 registrou 2.134.905 MWh gerados, em 2025 a produção caiu para 42.309 MWh, refletindo um cenário de despacho limitado e pontual ao longo do ano. • Disponibilidade: Apesar do baixo uso, a planta se manteve disponível, registrando 92,78% de disponibilidade média em 2025. Esse desempenho confirma a nossa prontidão técnica mesmo em um cenário de operação reduzida. • Eficiência: O consumo de gás natural somou 1.663.999 MMBtu em 2025, comportamento coerente com o despacho mínimo. **vi. Desempenho econômico-financeiro:** No ano de 2025, a UTE GNA I apresentou um bom desempenho econômico-financeiro. A organização apresentou avanços em eficiência, estrutura de custos, gestão de caixa e disciplina financeira.

Indicadores de Resultado	31/12/25	31/12/24	Variação
Receita operacional líquida	1.162.882	1.616.442	(453.560)
Lucro bruto	375.886	255.557	120.329
Margem Bruta	32,32%	15,81%	16,51%
Resultado do serviço (EBIT)	400.516	209.694	190.822
EBITDA (Lajida)	642.518	434.436	208.082
Margem EBITDA (Lajida)	55,25%	26,88%	28,38%
Resultado financeiro	(392.724)	(889.069)	496.345
Impostos diferidos	(7.930)	13.672	(21.602)
Prejuízo (lucro) líquido do exercício	(138)	(665.703)	665.565
DSCR	1,12	1,14	(0,02)
Saldo de caixa e equivalentes	395,2	425,1	(29,9)
Endividamento total	3.741,6	3.970,5	(228,9)

• Receita operacional líquida: A receita operacional líquida de 2025 foi de R$ 1.162.882 mil, queda de 28% frente a 2024, devido ao despacho significativamente menor em relação ao ano anterior; · Lucro bruto, resultado do período e Ebitda: Mesmo com receita menor, o lucro bruto cresceu para R$ 375.886 mil, e o EBIT atingiu R$ 400.516 mil. O EBITDA avançou para R$ 642.518 mil, impulsionado por custos variáveis menores, SG&A reduzido e ganhos operacionais. • Resultado financeiro: O resultado financeiro líquido melhorou de (R$ 889.069 mil) em 2024 para (R$ 392.724 mil) em 2025, uma variação positiva de R$ 496 milhões. Contribuíram para isso receitas financeiras maiores e efeitos favoráveis de variação cambial. • Lucro líquido do exercício: A UTE GNA I reduziu o prejuízo anterior com o registro de R$ 138 em 2025, contra prejuízo de R$ 665.703 mil em 2024. A melhora operacional e financeira compensou a queda na receita operacional líquida. • DSCR: O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (DSCR/ICSD) encerrou 2025 em 1,12x, praticamente estável face a 1,14x em 2024 e em conformidade com os parâmetros contratuais. A manutenção do indicador decorre da gestão de liquidez, com otimização de fluxos e liquidação antecipada de facilidades de capital de giro, reduzindo encargos futuros e sustentando a capacidade de serviço da dívida. • Saldo de caixa: O caixa e equivalentes totalizou R$ 395,2 milhões ao final de 2025 (vs. R$ 425,1 milhões em 2024), variação explicada, sobretudo, pela quitação antecipada das Notas Comerciais. Considerando os depósitos vinculados (conta de serviço da dívida e MRA), a liquidez ampliada de 2025 alcançou ~R$ 532,7 milhões, evidenciando reforço prudencial da posição de caixa para cumprimento de obrigações financeiras. • Endividamento total: O endividamento total atingiu R$ 3,741 bilhões em 2025, redução de 5,8% frente aos R$ 3,970 bilhões registrados em 2024, decorrente, principalmente, da liquidação antecipada das Notas Comerciais de capital de giro e da amortização regular dos financiamentos de LP. **vii. Planejamento Estratégico:** O planejamento estratégico da UTE GNA I, integrado ao programa GNA+5 para o ciclo 2024- 2029, orienta as prioridades operacionais, ambientais na governança da usina em um contexto de crescente relevância para a segurança energética nacional. A estratégia tem como foco a excelência operacional, a confiabilidade do fornecimento e a otimização do desempenho, especialmente diante do aumento da demanda por geração térmica decorrente da intermitência das fontes renováveis e dos eventos climáticos extremos observados recentemente. Nesse sentido, são priorizadas a estabilização contínua da operação, a ampliação da eficiência, da disponibilidade e da flexibilidade da usina para atendimento ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Paralelamente, o planejamento prevê a captura de sinergias com a entrada em operação da UTE GNA II, fortalecendo o parque termelétrico integrado e possibilitando ganhos operacionais relevantes por meio da gestão conjunta das unidades. O plano também reforça o compromisso com a sustentabilidade, o cumprimento dos requisitos de licenciamento ambiental, o monitoramento de emissões, biodiversidade e recursos hídricos, além do alinhamento aos princípios ESG (*Environmental, Social, and Governance*). Complementarmente, integra iniciativas corporativas de gestão de riscos, integridade e cibersegurança, assegurando a continuidade operacional e a atuação segura, eficiente e ambientalmente responsável da UTE GNA I no LP. **viii. Governança Corporativa:** A GNA possui uma estrutura acionária robusta, formada por empresas líderes em seus setores — bp, Prumo Logística, Siemens AG, Siemens Energy e SPIC Brasil. A governança da Cia. está alinhada às diretrizes dos acordos de acionistas e às políticas internas, assegurando a observância das estratégias definidas e a adequada condução dos deveres de seus integrantes. Nos termos do Estatuto Social e da legislação brasileira, o Conselho de Administração, nomeado pelos acionistas, é responsável por definir o propósito, a missão, os valores e as estratégias da empresa, além de aprovar políticas e metas econômicas, ambientais e sociais. O Conselho atua com regras claras de prevenção a conflitos de interesse, delibera sobre transações com partes relacionadas e realiza reuniões periódicas, sendo apoiado por Diretorias-Executivas e por Comitês de Assessoramento, como o *Advisory Committee* da UTE GNA I, que subsidiam as decisões estratégicas e o acompanhamento dos projetos. Em 2025, foram definidas diretrizes e metodologia padronizada de auditoria para a Cia. Foram instituídos a Norma de Auditoria Interna e o Procedimento de Elaboração do Plano Plurianual, assegurando continuidade e maturidade ao processo. Como resultado, elaboramos o Plano Plurianual de Auditoria com base em uma Matriz de Priorização, que classifica os processos com base em critérios previamente estabelecidos e define as prioridades de auditoria para um ciclo de três anos. O tema de Diversidade e Inclusão foi incorporado à temática da Semana de Compliance, originando a **Semana de Compliance e Diversidade e Inclusão**. Durante o evento, foi lançada a Cartilha de Diversidade e Inclusão da GNA, que traz os principais conceitos relacionados ao tema e tem foco em letramento e conscientização do público interno. Também foi lançada uma página dedicada à diversidade na intranet da GNA. **ix. Gestão de Pessoas:** Em 2025, a GNA publicou sua **Política de Recursos Humanos**, consolidando as diretrizes que orientam uma gestão de pessoas estratégica, eficiente e alinhada aos valores e à cultura organizacional. O documento reforça o compromisso da Cia. com a promoção de um ambiente de trabalho seguro, justo, saudável e ético. A iniciativa ganha uma especial relevância em um ano marcado pelo início da operação da UTE GNA II, processo que envolveu a desmobilização da mão de obra e foi conduzido com elevado padrão de governança, sem impactos negativos para a comunidade ou demais públicos de interesse. Neste mesmo ano, a GNA passou a integrar, pela primeira vez, o ranking nacional das **Melhores Indústrias para Trabalhar** (33º lugar), na categoria de empresas de médio porte, da consultoria *Great Place to Work*® (GPTW). Em 2025, também renovou o selo de Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil e figurou nos rankings de **Melhores do Estado do RJ** (16 lugar) e **Melhores para as Mulheres Trabalharem no Brasil** (10 lugar). Esses reconhecimentos valorizam as boas práticas de gestão de pessoas e evidenciam o compromisso da empresa com o bem-estar, a diversidade e a construção de um ambiente organizacional de excelência. A Cia. manteve avanços relevantes em Diversidade & Inclusão, alcançando 56% de mulheres no quadro total de colaboradores e 32% em posições de liderança, além de promover ações estruturadas de capacitação e revisar sua estratégia de D&I para ampliar resultados. A segurança permaneceu como valor inegociável, sustentada por atuação preventiva robusta e cultura de responsabilidade compartilhada, encerrando o período sem registro de acidentes graves ou fatais. **x. Ambiente Regulatório:** A UTE GNA I opera em conformidade com o arcabouço regulatório do setor elétrico brasileiro, atendendo às exigências do ONS e da ANEEL, incluindo os requisitos de segurança cibernética. Em 2024, a Cia. reforçou esse compromisso com a implementação da Política e do Plano de Segurança Cibernética Industrial, alcançando nível de maturidade superior à média do setor. No âmbito ambiental, a usina mantém total conformidade com as obrigações referentes ao licenciamento do INEA, com monitoramento contínuo de emissões, recursos hídricos, resíduos, ruído, fauna e flora. Mantém alinhamento com os Padrões de Desempenho da *International Finance Corporation* e com EHS Guidelines do Banco Mundial, aferidos por monitoramento socioambiental independente. A operação regulatória é sustentada por um Sistema de Gestão Integrado alinhado a referenciais reconhecidos internacionalmente, apoiado por auditorias periódicas, gestão de riscos e uma estrutura robusta de compliance, incluindo política anticorrupção e canal de denúncias independente. A participação ativa da GNA em entidades setoriais contribui para o alinhamento às evoluções regulatórias e às melhores práticas do setor, assegurando uma operação confiável, integrada e alinhada aos mais altos padrões da indústria energética. **xi. Saúde e Segurança:** Em 2025, a GNA consolidou uma estrutura robusta de Saúde, Segurança e Bem-Estar, aplicável a colaboradores próprios e terceiros, com foco em prevenção, gestão de riscos e promoção da qualidade de vida. Todas as unidades operacionais seguem o PGR e o PCMSO, com treinamentos contínuos, exercícios de emergência, inspeções em campo e infraestrutura dedicada, incluindo ambulatório e ambulância 24 horas. O sistema é sustentado por normas internas, mecanismos formais de reporte, direito de recusa e ampla participação dos colaboradores na gestão de riscos. No campo do bem-estar, o Programa Energizar ganhou ainda mais relevância em 2025, com a criação de uma página exclusiva no Portal de Sustentabilidade, reunindo benefícios e calendário de ações. Foram concluídas duas etapas do Milhas de Saúde, ampliando o engajamento por meio de gamificação; o Programa Nutricional encerrou sua segunda turma com resultados positivos; e foi implementada a *quick massage* no programa de Ergonomia, reforçando o cuidado com a saúde física e emocional das equipes. Em segurança, 2025 marcou o lançamento dos Princípios de Liderança em Segurança da GNA, documento estruturante alinhado a referências internacionais, que consolida diretrizes como protagonismo da liderança, disciplina operacional, preparação para emergências e aprendizado contínuo com incidentes. No mesmo período, foi publicado o Plano de Gestão de Crises, fortalecendo a governança e a capacidade de resposta da Cia. Os resultados refletem a consistência dessas práticas: 3.242.774 horas trabalhadas sem acidente com afastamento desde o início da operação da UTE GNA I; 20.932.832 horas sem afastamento em toda a obra da GNA II; e 206.152 horas sem afastamento desde o início da operação da UTE GNA II. Esses indicadores reforçam que, para a GNA, a segurança é valor inegociável e um dos principais ativos do negócio. **xii. Sustentabilidade:** A sustentabilidade é um pilar estratégico para GNA. A Cia. atua de forma integrada ao desenvolvimento socioeconômico dos colaboradores e das comunidades de onde está presente, assegurando a conservação ambiental e a adoção dos mais elevados padrões de ética, integridade e transparência. A atuação da Cia. é orientada pela Política de Sustentabilidade, que incorpora os princípios ESG à gestão corporativa e direciona a execução da Estratégia de Sustentabilidade. Como signatária do Pacto Global da ONU, a GNA mantém compromisso público com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), alinhando suas iniciativas às melhores práticas internacionais. Em 2025, os principais avanços foram: • **Revisão da Estratégia de Sustentabilidade**, com base na nova Matriz de Dupla Materialidade, reforçando a priorização de temas estratégicos para o negócio e para os stakeholders. • **Reconhecimento pelo quarto ano consecutivo com o selo de mais alto nível de qualificação no Registro Público de Emissões**, referente aos dados de Gases de Efeito Estufa (GEE) de 2024, evidenciando transparência e robustez na gestão climática. • **Aprimoramento do programa de gestão de riscos em violência baseada em gênero**, com ampliação do escopo junto a fornecedores terceirizados. • **Fortalecimento das iniciativas de conservação da biodiversidade**, com a continuidade do monitoramento do lagarto-da-cauda-verde, parceria para a preservação da preguiça-de- coleira-do-sudeste com a Reserva Caruara e a UENF, e início de estudo próprio sobre o ratinho-goytacá. • **Execução de novos projetos de investimento social voluntário**, ampliando o impacto positivo no território e o engajamento comunitário. **Agradecimentos:** A Administração da UTE GNA I agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Cia. no ano de 2025.-*A Administração*

Balanços patrimoniais em 31/12/25 e 2024

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	395.156	425.055
Depósitos bancários vinculados	9	137.523	32.758
Clientes	11	150.728	294.430
Contas a receber - partes relacionadas	10	11.254	4.459
Estoques	12	80.669	65.923
Adiantamentos		7.370	8.067
Despesas antecipadas	13	32.495	42.284
Impostos a recuperar	14	6.303	5.746
IR e C.S. a recuperar	14	10.567	16
Instrumentos financeiros derivativos	31	636	5.119
Total do ativo circulante		**832.701**	**883.857**
Não circulante			
Despesas antecipadas	13	385	15.789
Impostos a recuperar	14	-	1
Impostos diferidos	15	564.950	569.835
Instrumentos financeiros derivativos	31	-	4.343
Depósitos bancários vinculados	9	11.039	10.306
Imobilizado	16	3.963.946	4.122.750
Intangível	17	26.016	27.248
Direito de uso	18	288.648	296.928
Total do ativo não circulante		**4.854.984**	**5.047.200**
Total do ativo		**5.687.685**	**5.931.057**
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	19	91.363	102.296
Salários e encargos a pagar	20	21.360	11.722
Contas a pagar - partes relacionadas	10	149.811	321.835
Empréstimos e financiamentos	23	386.230	430.511
Impostos e contribuições a recolher	21	9.136	22.149
Encargos setoriais e benefícios tributários	22	60.411	55.562
Instrumentos financeiros derivativos	31	3.327	-
Passivos de arrendamento	18	82.667	74.247
Outras contas a pagar		112	80
Total do passivo circulante		**804.417**	**1.018.402**
Não circulante			
Contas a pagar - partes relacionadas	10	903.478	764.527
Mútuo - partes relacionadas	10	276.352	241.751
Empréstimos e financiamentos	23	3.037.073	3.179.637
Salários e encargos a pagar		639	3.504
Provisão para contingências	24	-	330
Passivos de arrendamento	18	656.455	706.812
Total do passivo não circulante		**4.873.997**	**4.896.561**
Patrimônio líquido	25		
Capital social		1.007.002	1.007.002
Reservas de capital		1.007.002	1.007.002
Outros resultados abrangentes		(695)	5.990
Prejuízos acumulados		(2.004.038)	(2.003.900)
Total do patrimônio líquido		**9.271**	**16.094**
Total do passivo e patrimônio líquido		**5.687.685**	**5.931.057**

Demonstrações dos resultados em 31/12/25 e 2024 (Em MR$)

	Nota	2025	2024
Receita líquida	26	1.162.882	1.616.442
Custo de bens e/ou serviços	27	(786.996)	(1.360.885)
Resultado bruto		**375.886**	**255.557**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	28	(37.808)	(85.734)
Redução ao valor realizável líquido dos estoques e outras perdas	8	(14)	(90)
Outras receitas	29	62.467	40.098
Outras despesas	29	(15)	(137)
Resultado antes do resultado financeiro		**400.516**	**209.694**
Resultado financeiro	30		
Receitas financeiras		307.809	95.986
Despesas financeiras		(700.533)	(985.055)
Resultado financeiro líquido		**(392.724)**	**(889.069)**
Resultado antes dos impostos		**7.792**	**(679.375)**
IR e C.S. diferido	15	(7.930)	13.672
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**(138)**	**(665.703)**
Resultado por ação			
Lucro (prejuízo) por ação ordinária - básico e diluído em R$		0,00007	(0,33054)

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31/12/25 e 2024 *(Em MR$)*

	2025	2024
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**(138)**	**(665.703)**
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Ganhos e perdas em operações hedge	(9.730)	27.589
IR e C.S. sobre outros resultados abrangentes	3.045	(9.380)
Total do prejuízo abrangente do exercício	**(6.823)**	**(647.494)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/25 e 2024

(Em MR$)		Reserva de capital	Outros resultados abrangentes		
	Capital social	Ágio na emissão de ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 01/01/24	**1.007.002**	**1.007.002**	**(12.219)**	**(1.338.197)**	**663.588**
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(665.703)	**(665.703)**
Ganhos operações hedge	-	-	18.209	-	**18.209**
Saldo em 31/12/24	**1.007.002**	**1.007.002**	**5.990**	**(2.003.900)**	**16.094**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	(138)	**(138)**
Perdas operações hedge	-	-	(6.685)	-	**(6.685)**
Saldo em 31/12/25	1.007.002	1.007.002	(695)	(2.004.038)	9.271

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31/12/25 e 2024 (Em MR$)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2025	2024
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		7.792	(679.375)
Itens de resultado que não afetam o caixa:			
Depreciação e amortização	16 e 17	242.720	225.461
Baixa do imobilizado		15	4
Diferimento de seguro		34.985	28.033
Provisão de custos - contrato subordinado		189.502	178.345
Reversão de provisão de custos da Reconciliation invoice	10	(50.387)	(21.851)
Provisão de contingências		(330)	51
Redução ao valor realizável líquido dos estoques e outras perdas		14	90
Encargos setoriais e benefícios tributários - provisão	22	12.340	28.692
Variação monetária e cambial		(5.645)	42.943
Juros sobre mútuo	30	34.601	24.618
Juros sobre contrato - subordinado	30	6.517	6.154
Variação cambial - contrato subordinado	30	(74.548)	133.087
Inefetividade - hedge	30	1.991	(1.117)
Juros sobre passivo de arrendamento	30	93.355	87.721
Variação cambial sobre passivo de arrendamento	18	(66.136)	126.750
Juros apropriados sobre empréstimos bancários	23	396.169	411.134
Encargos financeiros / Fee apropriados	23	-	10.866
Ganho/Perda hedge		(143)	11.278
Custo de transação		43.973	41.790
Resultado líquido ajustado		**866.785**	**654.674**
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos:			
Impostos a recuperar		(11.107)	(702)
Despesas antecipadas		(9.792)	(42.774)
Clientes		143.702	(91.529)
Estoques		(14.746)	(11.188)
Adiantamentos		697	(2.858)
Contas a receber - partes relacionadas		(6.795)	10.275
Fornecedores		(5.579)	(36.806)
Contas a pagar - partes relacionadas		(123.793)	140.053
Impostos e contribuições a recolher		(13.013)	(13.512)
Outros valores a pagar		32	-
Encargos setoriais e benefícios tributários	22	(7.491)	(11.550)
Liquidação de operações de hedge - custo		143	(11.278)
Salários e encargos a pagar		6.773	1.115
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**825.816**	**583.920**
Fluxo de caixa nas atividades de investimentos			
Aquisição de bens do imobilizado		(66.330)	(40.471)
Aquisição de bens do intangível		(611)	(316)
Indenização Acciona		-	15.736
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		**(66.941)**	**(25.051)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Recursos provenientes de novos empréstimos		-	150.000
Pagamento passivo de arrendamento	18	(56.580)	(96.556)
Pagamento de principal de empréstimos	23	(296.495)	(115.369)
Pagamento de juros de empréstimos	23	(328.111)	(295.594)
Pagamento de encargos financeiros	23	-	(15.758)
Custo de transação com terceiros	23	(2.381)	-
Depósito bancário vinculado		(104.063)	53.139
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		**(787.630)**	**(320.138)**
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa		**(28.755)**	**238.731**
No início do exercício		425.055	186.580
No fim do exercício		395.156	425.055
Efeito de variação cambial em caixa e equivalente de caixa		1.144	256
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa		**(28.755)**	**238.731**

Notas explicativas às DFs *(Em MR$, exceto quando indicado de outra forma)*

1 Contexto operacional: A UTE GNA I Geração de Energia S.A. ("UTE GNA I" ou "Cia.") com sede em São João da Barra, no estado do RJ, foi constituída em 17/09/15 e em 20/10/17 foi efetuada a transformação do tipo jurídico da Sociedade que, passou de sociedade empresarial Ltda. para S.A. de capital fechado. Tem como objeto societário estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar sistemas de geração de energia elétrica que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito; comercializar energia elétrica; atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de geração e transmissão de energia; construir, manter, operar e explorar terminais de gás natural liquefeito (GNL) e dutos de gás natural; transportar gases e líquidos por dutos de transporte e de transferência e participar em outras sociedades, bem como representar sociedades nacionais e estrangeiras. A UTE GNA I opera (i) uma usina termelétrica de ciclo combinado a gás de cerca de 1.338 MW que atenderá às obrigações contratuais da UTE Novo Tempo derivadas de seus contratos de comercialização de energia; (ii) um terminal de regaseificação de GNL ("Terminal de Regaseificação"), o qual disponibilizará capacidade para importar gás natural para o Projeto GNA I, para futuras usinas de energia, e para outros projetos potenciais na área Industrial do Porto do Açu. A Cia. faz parte do desenvolvimento do chamado "Açu Gás Hub", localizado estrategicamente no nordeste do estado do RJ, que pretende oferecer uma solução logística eficiente para a comercialização e o consumo de gás natural e seus produtos. A usina termelétrica UTE GNA I, em conjunto com o Terminal de Regaseificação de GNL e a Linha de Transmissão 345 kV, entraram em operação comercial, com as devidas autorizações regulatórios, em 16/09/21. A UTE GNA I tratou com a BP Gas Marketing ("bpGM") a interpretação de cláusulas de precificação do LNG SPA. Mesmo cumprindo suas obrigações, realizou pagamentos provisórios em março/22, reservando-se ao direito de reembolso. Em julho/22, iniciou arbitragem para questionar valores cobrados pela bpGM. A sentença final, recebida em julho/24, foi favorável à bpGM. Em dezembro/24, a UTE GNA I pagou os custos do processo e os honorários da contraparte, totalizando R$ 33.523. A Cia. informa que a propositura do procedimento arbitral não resultou em impacto nas operações do projeto, ou na continuidade do fornecimento de GNL nos termos do LNG SPA. **a. Licenças e autorizações:** A Cia. possui licenças ambientais para até 1,3 GW em termelétrica em ciclo combinado. **Descrição:** Licença de Operação para Linha de Transmissão Açu--Campos de 345 kV, com aproximadamente 52 km de extensão e a subestação UTE Novo Tempo GNA II (UTE GNA I). Terminal de Regaseificação de gás natural liquefeito (TGNL), além da expedição de gás natural com capacidade de regaseificação de 21.000.000 Nm3/dia, localizado no Molhe Norte do Terminal 2 do Porto do Açu, compreendendo as seguintes unidades: Unidade de Armazenamento e Regaseificação (FSRU); estruturas de atracação e amarração de FSRU, LNGC e rebocadores; sistema de descarregamento de gás natural a alta pressão, incluindo os braços de descarregamento marinhos, caixões, estradas, linhas de transferência de custódia; estação de regulação de pressão; lançado e recebedor de PIG; estação de tratamento de esgoto; sistemas de apoio (distribuição interna de água e combate a incêndio); estruturas de integração com as usinas termelétricas (gasoduto, sistema de captação e distribuição de água do mar, sistema de lançamento de efluentes); instalações administrativas. **Documento:** LO Nº IN051350 e LO Nº IN006540 AVB004490. **Data de Emissão:** 26/05/20. **Vigência:** 26/05/30; **Descrição:** Licença autoriza a operação da Usina Termelétrica UTE GNA I, a gás natural, com capacidade instalada de 1.338,3MW em ciclo combinado e sua infraestrutura auxiliar (utilidades, tratamento de água e unidade de dessalinização, prédios administrativos, oficina, contêineres, sala de estocagem e laboratório), além da realização de captura, transporte, resgate e monitoramento de fauna silvestre, na FAZENDA SACO DANTAS, S/N, AREA 1 E AREA-2-UTE GNA-I-PRAIA DO AÇU, município SÃO JOÃO DA BARRA. **Documento:** LO Nº IN051787. **Emissão:** 08/12/20. **Vigência:** 08/12/28. **b. Continuidade operacional:** As DFs foram preparada com base na continuidade operacional, o que pressupõe que a Cia. obterá recursos financeiros suficientes para gerar fluxo de caixa futuro. A Cia. auferiu prejuízo líquido no montante de R$ 138 para o exercício findo em 31/12/25 (prejuízo líquido de R$ 665.703 em 31/12/24), e nessa data, apresenta capital circulante positivo em R$ 28.284 (o passivo circulante excede o ativo circulante em R$ 134.545 em 31/12/24). Em 31/05/24

Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui
a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link ttps://diariodoacionista.com.br/caderno-publicacoes-digitais/

UTE GNA I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 23.449.511/0001-90

ocorreu o início do comissionamento de UTE GNA II, fato que permitiu um compartilhamento de custos operacionais de UTE GNA I e que trará, de forma gradual, uma melhora na margem operacional da Cia. Além disto, a margem operacional é positivamente impactada anualmente pelo efeito combinado de receitas fixas indexadas ao IPCA, balanceada por custos fixos e despesas gerais evoluindo abaixo da inflação. Por fim, a amortização do saldo devedor da dívida confere um perfil decrescente de gastos com juros a cada exercício futuro. Em 3/01/24, a Cia. contratou empréstimo de capital de giro no valor de R$ 150.000 junto ao Banco ABC Brasil S.A., por meio da emissão de Notas Comerciais Escriturais, com prazo original de vencimento de 1 ano, remuneração correspondente ao CDI acrescido de 2,25% ao ano e amortização do principal em parcela única no vencimento ("bullet"). Os recursos captados foram destinados exclusivamente ao pagamento de cargas de gás. Em 27/12/24, o vencimento das Notas Comerciais foi prorrogado por mais 1 ano, passando a ocorrer em 5/01/26. Em 23/12/25, a UTE GNA I efetuou a liquidação integral antecipada do principal e dos respectivos encargos financeiros, no montante de R$ 175.015, conforme apresentado na Nota 23. A avaliação dos fluxos de caixa futuros demonstra que a Cia. terá geração de caixa gradativamente melhorada ao longo dos períodos, e suficiente para pagamentos das parcelas da dívida e de seus compromissos de curto e LPs. Portanto, a administração considera em sua melhor estimativa que o risco de ocorrência de quaisquer inadimplementos e consequente continuidade operacional estão mitigados. **2 Base de preparação: Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC):** As DFs foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e as práticas adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das DFs foi autorizada pela Administração da Cia. em 13/03/26. Detalhes sobre as políticas contábeis da Cia. estão apresentadas na nota explicativa 6. **3 Base de mensuração:** As DFs foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de instrumentos financeiros que foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado e instrumentos financeiros a valor justos por outros resultados abrangentes. **4 Moeda funcional:** Estas DFs estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Cia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **5 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas DFs, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Cia. e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas DFs estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota 15 -** reconhecimento de impostos de renda e C.S. diferidos e disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais possam ser utilizados; **Notas 16 e 17 -** definição da vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis; **Nota 16.1** - Avaliação de indicadores para *impairment*: principais premissas em relação aos valores recuperáveis dos ativos; **6 Políticas contábeis materiais:** A Cia. aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas DFs, salvo indicação ao contrário. **a. Instrumentos financeiros:** ***(i) Ativos financeiros:*** Incluem caixa e equivalente de caixa, clientes, contas a receber entre partes relacionadas e derivativos. A Cia. reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Cia. se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro que não possua um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido dos custos de transação que são atribuíveis à sua aquisição ou emissão - para um item que não é a valor justo por meio do resultado (VJR). Um contas a receber de partes relacionadas sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. A Cia. deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Cia. transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Cia. não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro. *Classificação e Mensuração Subsequente:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes) ou VJR (Valor justo por meio do resultado, com base no modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros; nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Cia. mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxo de caixa contratual; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro darem origem em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Cia. pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir. Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Cia. altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *Impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *Impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. ***(ii) Passivos Financeiros:*** são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Cia. deixa de conhecer um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram. No não reconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***(iii) Instrumentos financeiros derivativos:*** A Cia. faz uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco de moeda estrangeira e taxa de juros, utilizando a contabilização de hedge (hedge accounting). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício e/ou em contas especificas no patrimônio líquido. No início de relacionamentos de hedge designados, a Cia. documenta o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para a realização do hedge. A Cia. também documenta a relação econômica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa do item coberto e do instrumento de cobertura devem compensar-se mutuamente. *Hedges de fluxo de caixa:* Quando um derivativo é designado como instrumento de hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida e acumulada em outros resultados abrangentes - ORA, e são Ltda.s à mudança cumulativa no valor justo do item protegido por hedge, determinado com base no valor presente, desde a designação do hedge. Qualquer parcela ineficaz de mudanças no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilidade de hedge ou se o instrumento de hedge for vendido, rescindido, exercido ou expirar, a contabilidade de hedge será descontinuada prospectivamente. **b. Imobilizado:** ***b.1 Imobilizado em operação e administrativo Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*Impairment*). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. ***Depreciação:*** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens definida em termos da utilidade esperada do ativo para a Cia. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado em uso são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	25 anos
Imobilizado em operação (*)	23 anos

(*) A Cia. contratou a consultoria de empresa especializada em avaliação de vida útil de ativos durante o exercício de 2021 para avaliar o imobilizado em operação.

Itens de Imobilizado (operação)	Tempo de depreciação
Edificações, Obras civis e benfeitorias	23 anos
Máquinas e equipamentos	6 a 23 anos
Móveis e utensílios	6 a 23 anos
Servidões	23 anos
Softwares	5 anos
Veículos	7 anos.

b.2 - Peças sobressalentes O&M e LTMP: ***Reconhecimento e mensuração:*** As peças sobressalentes são reconhecidas pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*Impairment*). Quaisquer ganhos e perdas na alienação de uma peça sobressalente são reconhecidos no resultado. ***Depreciação:*** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens definida em termos da utilidade esperada do ativo para a Cia. A vida útil estimada das peças sobressalentes é de 23 anos, devido elas fazerem parte de um conjunto de peças que formam uma turbina a vapor. **c. Intangível:** Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável. O direito de comercialização de energia possui taxa de amortização que representam sua vida útil- econômica, Ltda. ao prazo de vencimento do contrato de *Power Purchase Agreement* (PPA). As vidas úteis estimadas do ativo intangível são as seguintes:

Licença de uso de Software	5 anos
Direito de exploração	23 anos

d. Redução ao valor recuperável ("*impairment*") ***Ativos não financeiros:*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros com vida útil definida são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao calcular o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita as condições de mercados vigentes quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a outros ativos (exceto ágio) é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. ***Ativos financeiros não-derivativos:*** A Cia. reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. **e. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no PEPS (primeiro que entra primeiro que sai). Conforme mencionado na nota 2, em 31/12/24, a Cia. revisou a sua política contábil. **f. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida conforme o CPC 47 / IFRS 15, quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a Cia. e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade, independentemente do momento do recebimento. A Cia. aplica os cinco passos definidos pela norma para reconhecimento da receita: 1. Identificação dos contratos com clientes no ambiente regulado (CCEARs); 2. Identificação das obrigações de desempenho, sendo: • Disponibilidade de energia (receita fixa); • Entrega de energia gerada (receita variável); 3. Determinação do preço da transação, conforme cláusulas contratuais dos CCEARs; 4. Alocação do preço às obrigações de desempenho; 5. Reconhecimento da receita, sendo: • Receita fixa reconhecida linearmente ao longo do prazo contratual (disponibilidade); • Receita variável reconhecida conforme geração e entrega de energia, inclusive no MCP (Mercado de Curto Prazo), quando aplicável. o Receita de venda de GNL (*Intank Transfer*) em operações intercompany, reconhecida conforme a transferência do controle do combustível entre as unidades, de acordo com o regime de competência. As receitas estão em conformidade com os contratos de concessão e as regras do mercado de energia. **g. Impostos sobre vendas:** As receitas de vendas de energia elétrica da Cia., referentes ao contrato de autorização, estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: Programa de Integração Social (PIS): 1,65% (regime não cumulativo); COFINS (COFINS): 7,60% (regime não cumulativo); Esses tributos são deduzidos das receitas operacionais da Cia., as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas demonstrações contábeis. **h. Pesquisa e desenvolvimento (encargos setoriais):** As empresas reguladas pela ANEEL têm a obrigatoriedade de atendimento à Lei nº 9.991, de 24/07/2000, e, por isso, devem aplicar anualmente o percentual de 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida - ROL para elaboração e execução de projetos de P&D do setor elétrico. **i. IR e C.S.:** O IR e a C.S. do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para IR e 9% sobre o lucro tributável para C.S. sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de C.S., Ltda. a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IR e C.S. compreende os impostos de renda e C.S. correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***Despesas de IR e C.S. corrente:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ***Despesas de IR e C.S. diferido:*** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de DFs e os usados para fins de tributação. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. **j. Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **k. Receitas e despesas financeiras:** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. **l. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Cia. tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). Uma série de políticas contábeis e divulgações da Cia. requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Cia. mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Cia. utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Cia. mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação-ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Cia. determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **m. Moeda estrangeira:** ***Transações em moeda estrangeira:*** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Cia. pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **n. Arrendamento:** No início de um contrato, a Cia. avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Cia. utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2) /IFRS 16. Esta política foi aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º/01/19. ***(i) Como arrendatário:*** A Cia. reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. Os prazos dos contratos de arrendamento vigentes em 2025 são: FSRU: 23 anos; Terreno: 23 anos; Sala Comercial: 5 anos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Cia. A Cia. determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Cia. alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Cia. apresenta ativos de direito de uso de arrendamento em "direito de uso" e passivos de arrendamento em "passivos de arrendamento" no balanço patrimonial. *Arrendamentos de ativos de baixo valor:* A Cia. optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos com valores abaixo de USD 5 mil e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Cia. reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 01/01/25. A Cia. não adotou essas normas na preparação destas DFs: **· IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º/01/27. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. o As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de IR. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. o As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas DFs. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas DFs. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Cia. ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Cia., a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Cia. também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas DFs. **• Outras Normas Contábeis:** • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações ao CPC 48/IFRS 9 e CPC 40 / IFRS 7) • Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros - Alterações às CPC 48/IFRS 9 e CPC 40 / IFRS 7. Com base na avaliação da Administração, as normas não afetarão materialmente as DFs da Cia.

8 Caixa e equivalente de caixa	**2025**	**2024**
Caixa e bancos (a)	177.346	43.142
Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras (a)	217.944	382.033
	395.290	**425.175**
Provisão de perda esperada (b)	(134)	(120)
Total	**395.156**	**425.055**

(a) Em 31/12/25, o saldo de caixa e bancos está mantido em contas correntes nos bancos Citibank (onshore e offshore), Bradesco, BTG Pactual, Banco do Brasil e Santander. Os equivalentes de caixa correspondem a aplicações em CDB do Citibank, instituição financeira de primeira linha, com liquidez imediata e risco insignificante de alteração de valor. As aplicações financeiras são remuneradas a taxas pós fixadas, com rentabilidade média de 98% do CDI (96% em 31/12/24). (b) As perdas financeiras estimadas foram calculadas com base nas taxas de perda de um estudo de Corporate Default publicado pela S&P em 31/12/25, referente a 15 anos de dados coletados pela mesma sobre o risco de default de empresas em cada nível de rating. O caixa e equivalentes de caixa são detidos com contrapartes bancárias e financeiras, que foram agrupados em 5 níveis, separados entre AAA e BB de acordo com seu rating na Fitch Rating, Moody's e Standard & Poor's. Conforme apresentado na tabela abaixo, as contrapartes em que a Cia. possui saldos em aberto em 31/12/25 são classificadas em AAA até BB-, com base na média de suas classificações. A posição de perda estimada no caixa e equivalentes de caixa foi calculada com base na taxa de perda esperada de 12 meses e reflete os prazos de vencimento das exposições de risco.

Em MR$

Nível de Risco	Rating	Saldo Bruto	Taxa de perda (1)	Provisão de Perda
Nível 1	AAA	395.290	0,01%	(134)

(1) Taxa de Perda considera o Global Corporate Average Default Rate para 1 ano divulgado pela S&P em 31/12/25. A movimentação em 31/12/25 e 2024 da perda estimada foi:

Saldo em 01/01/24	**(30)**
Adição	(90)
Saldo em 31/12/24	**(120)**
Adição	(14)
Saldo em 31/12/25	**(134)**

9 Depósitos bancários vinculados	**2025**	**2024**
Ativo circulante		
Depósito para serviço da dívida (a)	107.323	1
Depósito MRA (b)	30.200	32.757
	137.523	**32.758**
Ativo não circulante		
Depósito NTN-B (c)	11.039	10.306
	11.039	**10.306**

(a) Saldo para pagamento do serviço da dívida, conforme obrigatoriedade exigida em contrato de conta controlada Citibank. (b) Em outubro de 2024, a UTE GNA I realizou o depósito de USD 5.250 em conta offshore designada MRA - Maintenance Reserve Account - para atender a uma obrigação contratual (Contrato: Global Amendment and Restatement Agreement) de uma possível necessidade de manutenção da turbina (modelo SGT6-8000H) da usina, o montante em conta offshore deve ficar disponível até o sexto aniversário de operação da UTE GNA I. (c) Em maio de 2019, a GNA I cedeu fiduciariamente em garantia, em favor do BNDES, Títulos Públicos Federais 2.619 títulos (NTN-B 2035), com vencimento em 2035, que permanecerão disponíveis até o final das obrigações no contrato de financiamento. A quantidade de títulos não sofreu alteração desde a aquisição. A movimentação em 31 de dezembro 2025 e 2024 do título foi:

	Títulos públicos federais (NTN-B 2035)	**Depósito para serviço da dívida**	**Depósito MRA**	**Total**
Saldo em 01/01/24	**11.654**	**85.229**	**-**	**96.883**
Pagamento para serviço da dívida (fluxo de caixa)	-	(85.228)	-	(85.228)
Depósito para serviço da dívida (fluxo de caixa)	-	-	29.878	29.878
Variação cambial	-	-	2.632	2.632
Recebimento de juros (fluxo de caixa)	(668)	-	247	(421)
Provisão de juros (nota 23 result. financeiro)	(680)	-	-	(680)
Saldo em 31/12/24	**10.306**	**1**	**32.757**	**43.064**
Pagto. para serviço da dívida (fluxo de caixa)	-	(147.553)	-	(147.553)
Depósito para serviço da dívida (fluxo de caixa)	-	254.875	-	254.875
Variação cambial	-	-	(3.663)	(3.663)
Recebimento de juros (fluxo de caixa)	(702)	-	1.106	404
Provisão de juros (nota 23 result. financeiro)	1.435	-	-	1.435
Saldo em 31/12/25	**11.039**	**107.323**	**30.200**	**148.562**

10 Partes relacionadas: A Cia. adota as práticas de Governança Corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação e regulamentação em vigor. O Acordo de Acionistas da Cia. estabelece diretrizes que visam assegurar que as transações entre a Cia. e suas partes relacionadas sejam realizadas no melhor interesse da GNA, com independência e transparência, de forma a prevenir situações de potencial conflito de interesses quando da realização de operações envolvendo partes relacionadas. Além disso, o Código de Conduta da GNA estabelece regras com o objetivo de prevenir situações de conflito de interesses envolvendo qualquer colaborador da Cia., as quais são aplicáveis a todos os colaboradores e *stakeholders* da GNA. Em conformidade com a Lei das S.A., os membros do Conselho de Administração da Cia. estão proibidos de deliberar sobre qualquer matéria ou de atuar em quaisquer operações ou negócios nos quais tenham interesses conflitantes com os da Cia. Os principais saldos de ativos e passivos em 31/12/25 e 31/12/24, relativos às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são decorrentes de transações da Cia. com empresas sob controle comum, acionistas, membros da Administração e outras partes relacionadas, como segue:

	2025	**2024**
Ativo:		
Contas a receber - circulante		
GNA Infra - Controlador em conjunto (a)	273	314
GNA HoldCo - Acionista indireto (a)	1.193	501
UTE GNA II - Sob controle comum (a)	7.201	2.429
Total do ativo	**8.667**	**3.244**
Contas a receber - Rateio custos variáveis (SFA-Shared Facilities Agreement)		
UTE GNA II - Sob controle comum (h)	2.587	1.215
	2.587	**1.215**
Total	**11.254**	**4.459**
Passivo:		
Contas a pagar		
Contas a pagar - transações - circulante		
GNA HoldCo - Acionista indireto (a)	42	314
GNA Infra - Controlador em conjunto (a)	2	14
UTE GNA II - Sob controle comum (a)	23	11
Porto do Açu Operações S.A - Investida do acionista (b) e (f)	17	11
Siemens Aktiengesellschaft - Parte do grupo econômico da Siemens Par, a qual é controlador em conjunto (c) e (g)	1.596	24.964
Siemens Energy Brasil Ltda - Parte do grupo econômico da Siemens Par, a qual é controlador em conjunto (c)	1.887	2.732
Siemens Energy Inc. - Parte do grupo econômico da Siemens Par, a qual é controlador em conjunto (c)	62.779	79.287
Siemens Power Generation Service - Parte do grupo econômico da Siemens Par, a qual é controlador em conjunto (c)	35	884
BP Global - Controlada do acionista minoritário da acionista majoritária (d)	82.979	209.268
Reserva Ambiental Fazenda Caruara - Investida do acionista e)	32	28
Ambipar Environment Water Solutions Açu S/A - Investida do acionista (i)	7	34
EFEN Combustíveis Marítimos Ltda. - Investida do acionista (k)	412	-
Total	**149.811**	**317.547**
Adiantamento-Monthly Charge (SFA - Shared Facilities Agreement)		
UTE GNA II - Sob controle comum (h)	-	4.288
	-	**4.288**
Total	**149.811**	**321.835**
Contas a pagar-contrato subordinado - não circulante		
Siemens Energy Brasil Ltda (f) - Parte do grupo econômico da Siemens Par, a qual é controlador em conjunto	89.199	71.525
Siemens Energy Inc. - Acionista indireto (f)	40.741	34.659
BP Global - Controlada do acionista minoritário da acionista majoritária (f)	548.478	494.093
SPIC Brasil - Controlador em conjunto (f)	225.060	164.250
Total	**903.478**	**764.527**
Contas a pagar - mútuo - não circulante		
GNA Infra - Controlador em conjunto (l)	117.860	103.104
Siemens - Controlador em conjunto (l)	67.273	58.849
SPIC Brasil - Controlador em conjunto (l)	91.219	79.798
Total	**276.352**	**241.751**
Resultado:		
Custos sobre contrato subordinado	**2025**	**2024**
BP Global - Controlada do acionista minoritário da acionista majoritária (f)	(133.028)	(126.569)
Siemens Energy Inc. - Acionista indireto (f)	(7.107)	(7.499)
Siemens Energy Brasil Ltda (f) - Parte do grupo econômico da Siemens Par, a qual é controlador em conjunto	(23.010)	(21.176)
SPIC Brasil - Controlador em conjunto (f)	(26.357)	(23.101)
	(189.502)	**(178.345)**
Gastos e reembolsos compartilhados		
GNA HoldCo - Acionista indireto (a)	6.174	1.990
GNA Infra - Controlador em conjunto (a)	2.503	2.980
UTE GNA II - Sob controle comum (a)	37.911	27.945
BP Global - Controlada do acionista minoritário da acionista majoritária (j)	-	(33.523)
Ferroport - Investida do acionista (a)	(3)	(21)
	46.585	**(629)**
Custos e reembolsos-GNL		
BP Global - Controlada do acionista minoritário da acionista majoritária (d)	50.387	21.851
	50.387	**21.851**
Custos e reembolsos compartilhados-SFA		
UTE GNA II - Sob controle comum (h)	15.181	9.315
	15.181	**9.315**
Outros resultados		
UTE GNA II - Sob controle comum (h)	53.643	30.157
	53.643	**30.157**
Despesas Financeiras-juros sobre mútuo		
GNA Infra - Controlador em conjunto (l)	(14.756)	(10.499)
Siemens - Controlador em conjunto (l)	(8.423)	(5.993)
SPIC Brasil - Controlador em conjunto (l)	(11.422)	(8.126)
	(34.601)	**(24.618)**
Receitas/Despesas Financeiras-variação cambial sobre operações		
BP Global - Controlada do acionista minoritário da acionista majoritária (d)	5.341	(11.031)
	5.341	**(11.031)**
Receitas/Despesas Financeiras - variação cambial sobre contrato subordinado		
BP Global - Controlada do acionista minoritário da acionista majoritária (f)	56.842	(104.638)
Siemens Energy - Acionista indireto (f)	3.808	(7.012)
SPIC Brasil - Controlador em conjunto (f)	13.898	(21.437)
	74.548	**(133.087)**
Despesas Financeiras-juros sobre contrato subordinado		
BP Global - Controlada do acionista minoritário da acionista majoritária (f)	(4.836)	(6.196)
Siemens Energy Brasil Ltda - Parte do grupo econômico da Siemens Par, a qual é controlador em conjunto (f)	(22)	(80)
Siemens Energy Inc. - Acionista indireto (f)	(69)	309
SPIC Brasil - Controlador em conjunto (f)	(1.427)	-
	(6.354)	**(5.967)**
Total	**15.228**	**(292.354)**

(a) Contrato de compartilhamento de gastos com pessoal e outras despesas entre as empresas do Grupo GNA; (b) Gastos do compartilhamento de despesas com pessoal e outras despesas gerais ocorridas entre UTE GNA I x Porto do Açu x Prumo; (c) Con-

GNA
GÁS NATURAL AÇU

UTE GNA I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 23.449.511/0001-90

tratos EPC UTE - Fornecimento de equipamentos e serviços para a implantação da térmica / O&M e LTMP UTE - Fornecimento de peças sobressalentes e serviços de operação e manutenção; (d) Valores referentes ao Contrato de Fornecimento de Gás Natural, Reconciliation Invoices e reembolso de Demurrage; (e) Prestação de serviços na reserva Caruara referente ao controle de mudas; (f) Contrato subordinado faz parte das condições do contrato de financiamento, que prevê que os pagamentos serão efetuados quando do atingimento de índices de caixa determinados em contrato pela UTE GNA I. Como a obrigação dos contratos iniciaram com a operação comercial, mas o pagamento não foi realizado em razão da subordinação mencionada acima, vem sendo constituída a respectiva obrigação como passivo de partes relacionadas. Contratos subordinados referente à: (i) Porto do Açu-Contrato de arrendamento do terreno mencionado na nota 12 de Direito de uso e passivo de arrendamento, (ii) contrato de Operation and maintenance (O&M") e Long term maintenance plan ("LTMP") parcela fixa com a Siemens Energy, (iii) contrato de suprimento de GNL que prevê o pagamento de Flexible Fee com a bp Gas Marketing Limited ("bpGM"). Além disso, em razão da sub-rogação da SPIC Brasil em parcela do montante devido nos contratos subordinados da PdA e bpGM, a UTE GNA I pagará tais valores à SPIC Brasil quando cumpridas todas as condições para a liberação dos pagamentos subordinados; g) A parcela remanescente da indenização de seguros objeto do acordo firmado com a Siemens Aktiengesellschaft foi integralmente liquidada em dezembro de 2025, por meio do respectivo acordo de liquidação de seguros (R$ 22.125 em 31/12/24). No mesmo período, os impostos de importação pagos de forma antecipada pela Siemens, no montante de R$ 2.821 (R$ 2.839 em 31/12/24), foram quitados. Em dezembro de 2025, ocorreu o pagamento da obrigação relacionada à indenização, que foi compensado com os valores referentes aos impostos de importação da UTE GNA I. Dessa forma, o saldo residual refere-se exclusivamente aos impostos de importação pagos anteriormente pela Siemens, os quais deverão ser ressarcidos pela UTE GNA I; (h) Shared Facilities Agreement-SFA: Contrato de compartilhamento de gás entre as empresas UTE GNA I x UTE GNA II (Monthly Charge + Rateio custos variáveis). Valor recebido de forma antecipada, e compensada no mês subsequente; (i) Valor referente a serviços de abastecimento de água industrial do Complexo Industrial do Porto do Açu; (j) Gastos dos encargos judiciais do processo da arbitragem BPGM; (k) Gasto com abastecimento de diesel marítimo da FSRU; (l) Apropriação dos juros sobre mútuo. Esses mútuos em Reais não possuem vencimento e são indexados a 100% CDI. Veja movimentação abaixo:

	Infra	SPIC	Siemens	Total
Saldo em 01/01/24	**92.605**	**71.672**	**52.856**	**217.133**
Juros apropriados	10.499	8.126	5.993	24.618
Saldo em 31/12/24	**103.104**	**79.798**	**58.849**	**241.751**
Juros apropriados	14.756	11.421	8.424	34.601
Saldo em 31/12/25	**117.860**	**91.219**	**67.273**	**276.352**

Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração estão apresentados abaixo:

Diretores	2025	2024
Pró-labore	(2.296)	(2.091)
Bônus	(8.506)	(4.729)
Benefícios e encargos	(694)	(632)
Total	**(11.496)**	**(7.452)**

11 Clientes	2025	2024
Ativo circulante		
Clientes Nacionais - Mercado Regulado - Receita Fixa (a)	133.002	131.696
Clientes Nacionais - Mercado Regulado - Receita Variável (a)	17.726	11.976
Clientes Nacionais - Mercado de Curto Prazo (b)	-	150.758
Total	**150.728**	**294.430**

(a) Valores referentes a venda de energia elétrica no Mercado Regulado; (b) Valores referentes a venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo. No decorrer do ano de 2025, a usina foi enquadrada na ordem de mérito para despacho, porém não foi efetivamente acionada pelo ONS, configurando um cenário de *constrained-off*, conforme previsto nas diretrizes operacionais do setor elétrico. Esse evento não gerou impacto no resultado do período.

12 Estoques	2025	2024
Ativo circulante		
Estoque GNL - gás natural liquefeito	80.255	64.908
Estoque MGO - *marine gás oil*	414	692
Estoque O&M - operação e manutenção	-	323
Total	**80.669**	**65.923**

Em 31/12/25 o consumo de GNL e MGO para operação registrados foi de R$ 41.355 (R$ 614.736 em 31/12/24). As movimentações do estoque em 2025 e 2024 estão devidamente demonstradas abaixo:

	Estoque GNL	Estoque MGO	Estoque O&M	Total
Saldo em 01/01/24	**53.773**	**639**	**323**	**54.735**
Adição	623.889	2.035	-	625.924
Saída para consumo operação	(578.964)	(1.982)	-	(580.946)
Saída para venda - *Intank transfer**	(33.790)	-	-	(33.790)
Saldo em 31/12/24	**64.908**	**692**	**323**	**65.923**
Adição	92.690	557	-	93.247
Saída para consumo operação	(40.197)	(835)	(323)	(41.355)
Saída para venda - *Intank transfer**	(37.146)	-	-	(37.146)
Saldo em 31/12/25	**80.255**	**414**	**-**	**80.669**

(*) *In Tank Transfer* (ITT) é o processo que viabiliza a transferência de moléculas de GNL entre as usinas termelétricas, sendo uma operação essencial para assegurar o suprimento contínuo de combustível, considerando a capacidade limitada de armazenamento da FSRU e as condições específicas de despacho de cada unidade. A movimentação registrada representa uma realocação interna de volumes. Com base na sua norma de avaliação de estoque de GNL, a Cia. avaliou que para 31/12/25 não há necessidade de provisão para reduzir os estoques de gás natural ao valor líquido de realização.

13 Despesas antecipadas	2025	2024
Ativo circulante		
Prêmio de seguros (a)	15.701	33.840
Créditos com terceiros (P&D) (b)	16.758	8.444
Despesa antecipada - Outras (c)	36	-
	32.495	**42.284**
Ativo não circulante		
Prêmio de seguros (a)	385	15.789
	385	**15.789**

(a) Prêmios de seguros: riscos de engenharia, responsabilidade civil, transportes, FSRU, fiança, incêndio e garantia; (b) Créditos com terceiros (P&D): a composição se dá por serviços de gestão, planejamento, estudo, controle, execução, e consultoria em projetos de P&D. Conforme Art. 2º da Lei 9.991/20, as concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico; (c) Renovação das licenças de software.

14 Impostos a recuperar	2025	2024
Ativo circulante		
Impostos a Recuperar		
IR retido na fonte ("IRRF")	1.123	5.256
PIS / COFINS a recuperar	5.003	326
ICMS a recuperar	172	159
ISS a recuperar	5	5
Total	**6.303**	**5.746**
IR e C.S. a recuperar		
IR e C.S. ("IRPJ/CSLL")	10.567	16
Total	**10.567**	**16**
Ativo Não circulante		
IR e C.S. a recuperar		
IR e C.S. ("IRPJ/CSLL")	-	1
Total	**-**	**1**

15 Impostos diferidos: 15.1 Saldo de impostos diferidos ativos e passivos:

	2025	2024
Impostos diferidos ativos	564.991	572.921
Impostos diferidos passivos	(41)	(3.086)
Total	**564.950**	**569.835**

15.2 Saldo de impostos diferidos por natureza:	2025	2024
Prejuízo fiscal e base negativa	564.991	568.111
Diferenças temporárias outras	-	4.810
Total impostos diferidos ativos	**564.991**	**572.921**
Diferenças temporárias outras	(41)	(3.086)
Total impostos diferidos passivos	**(41)**	**(3.086)**
Total impostos diferidos	**564.950**	**569.835**

15.3 Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos:

	Impostos diferidos ativos	Impostos diferidos passivos	Total
Saldo em 01/01/24	**587.316**	**(18.003)**	**569.313**
Prejuízo fiscal e base negativa	(19.205)	-	(19.205)
Diferenças temporárias variação cambial IFRS 16	-	331	331
Diferenças temporárias - resultado financeiro	-	10.243	10.243
Diferenças temporárias outras	4.810	4.343	9.153
Saldo em 31/12/2024	**572.921**	**(3.086)**	**569.835**
Prejuízo fiscal e base negativa	(3.120)	-	(3.120)
Derivativos marcados a MTM	-	3.045	3.045
Diferenças temporárias outras	(4.810)	-	(4.810)
Saldo em 31/12/2025	**564.991**	**(41)**	**564.950**

15.4 Conciliação da alíquota de imposto efetiva	2025	2024
Lucro (prejuízo) contábil antes dos impostos	7.792	(679.375)
Alíquota IR e C.S.	**34%**	**34%**
IR e C.S. (base x alíquota)	(2.649)	230.988
Adições permanentes:		
Diferenças Permanentes	(3.839)	(2.462)
Ajuste Transfer Pricing	-	(3.779)
Diferenças Temporárias não reconhecidas no ano	49.530	(81.106)
Prejuízos fiscais não reconhecidos	(50.972)	(129.969)
Total do IR e C.S. do exercício (*)	(7.930)	13.672
Diferido	(7.930)	13.672
Total	**(7.930)**	**13.672**
	(101,77) %	**(2,01%)**

(*) Em 31/12/25, com base em revisão do estudo de recuperabilidade, a Cia. concluiu que parte dos ativos fiscais diferidos registrados deveriam ser provisionados para perda devido falta de expectativa de realização. Dessa forma, foi efetuada a baixa do montante de R$ 7.930. Estudos técnicos de viabilidade indicam capacidade de recuperação parcial, nos exercícios subsequentes, A Cia. em 31/12/25 detém de base prejuízo fiscal no montante de R$ 2.284.425, com o montante de imposto de R$ 776.705 (R$ 2.157.832 em 31/12/24, com montante de imposto de R$ 733.663), onde reconhece como ativo diferido o montante de R$ 564.991 (R$ 568.111 em 31/12/24). Adicionalmente, a Cia. em 31/12/25 detém R$ 67.311 (R$ 119.097 em 31/12/24) referente a diferenças temporárias ativas que não estão reconhecidas. Os montantes reconhecidos como ativo diferido correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Cia. e do mercado, tendo iniciado suas operações em 16/09/21.

16 Imobilizado	Adiantamentos para formação de imobilizado (a)	Benfeitoria em propriedade de terceiros	Imobilizado em andamento LT / SE	Imobilizado em operação	Peças Sobressalentes O&M e LTMP	Instalações Portuárias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equipamentos de TI	Total
Saldo em 01/01/24	**10.012**	**1.034**	**2.209**	**4.201.939**	**129.346**	**-**	**614**	**553**	**589**	**4.346.296**
Adições	4.995	193	-	285	21.595	-	13.198	65	140	40.471
Baixas	-	-	-	(55.461)	-	-	-	(4)	(5)	(55.470)
Depreciação	-	(62)	-	(199.594)	(7.454)	-	(1.138)	(57)	(242)	(208.547)
Saldo em 31/12/24	**15.007**	**1.165**	**2.209**	**3.947.169**	**143.487**	**-**	**12.674**	**557**	**482**	**4.122.750**
Custo	**15.007**	**1.292**	**2.209**	**4.630.171**	**165.603**	**-**	**13.897**	**811**	**1.813**	**4.830.803**
Depreciação acumulada	-	(127)	-	(683.002)	(22.116)	-	(1.223)	(254)	(1.331)	(708.053)
Saldo em 31/12/24	**15.007**	**1.165**	**2.209**	**3.947.169**	**143.487**	**-**	**12.674**	**557**	**482**	**4.122.750**
Adições	17.564	185	-	-	40.057	-	7.150	188	1.186	66.330
Baixas	-	-	-	-	-	-	(2)	(11)	(2)	(15)
Transferências	(14.657)	-	(2.209)	-	2.209	13.497	1.160	-	-	-
Depreciação	-	(92)	-	(205.444)	(11.823)	(5.624)	(1.703)	(74)	(359)	(225.119)
Saldo em 31/12/25	**17.914**	**1.258**	**-**	**3.741.725**	**173.930**	**7.873**	**19.279**	**660**	**1.307**	**3.963.946**
Custo	17.914	1.477	-	4.630.171	207.869	13.497	22.205	988	2.997	4.897.118
Depreciação acumulada	-	(219)	-	(888.446)	(33.939)	(5.624)	(2.926)	(328)	(1.690)	(933.172)
Saldo em 31/12/25	**17.914**	**1.258**	**-**	**3.741.725**	**173.930**	**7.873**	**19.279**	**660**	**1.307**	**3.963.946**
Taxa de depreciação	-%	-%	-%	4,96%	4,96%	10%	10%	10%	20%	

a) Adiantamento para peças sobressalentes: O saldo de adiantamentos em 31/12/25 e 31/12/24 é composto por valores de adiantamentos feitos para entrega de peças sobressalentes O&M e LTMP. **16.1 Avaliação dos indicadores de perda:** De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Cia. avalia periodicamente a existência de indicadores de desvalorização que possam afetar a recuperabilidade dos ativos. Em 31/12/24, a Cia. avaliou os indicadores de impairment considerando o cenário macroeconômico, taxa de desconto e previsões de despacho térmico. Apesar da redução na expectativa de despacho, não foram identificados indícios de que os valores contábeis superassem os valores recuperáveis. Em 31/12/25, não ocorreram mudanças relevantes nas premissas financeiras, macroeconômicas ou operacionais que configurassem indícios de desvalorização. Assim, não foi necessário realizar o teste completo de impairment. A Administração continuará monitorando periodicamente a existência de indicadores de perda, conforme previsto no CPC 01 (R1).

17 Intangível	Direito de comercialização de energia (*)	Licenças de software	Implantação de Sistemas	Total
Saldo em 01/01/24	**26.957**	**1.032**	**749**	**28.738**
Adições	-	-	316	316
Amortização	(1.304)	(502)	-	(1.806)
Saldo em 31/12/24	**25.653**	**530**	**1.065**	**27.248**
Custo	30.000	2.618	1.065	33.683
Amortização acumulada	(4.347)	(2.088)	-	(6.435)
Saldo em 31/12/24	**25.653**	**530**	**1.065**	**27.248**
Adições	-	1.541	135	1.676
Baixas	-	-	(1.066)	(1.066)
Amortização	(1.304)	(538)	-	(1.842)
Saldo em 31/12/25	**24.349**	**1.533**	**134**	**26.016**
Custo	30.000	4.159	134	34.293
Amortização acumulada	(5.651)	(2.626)	-	(8.277)
Saldo em 31/12/25	**24.349**	**1.533**	**134**	**26.016**
	23 anos	**5 anos**	**5 anos**	

(*) Em 19/12/17, através da resolução autorizativa nº 6.769, a ANEEL transfere o direito de comercialização de energia à UTE GNA I. Iniciamos a amortização do direito de comercialização de energia após a entrada em operação que ocorreu no dia 16/09/21. **18 Direito de uso / Passivo de arrendamento:** As movimentações em 31/12/25 e 2024 do ativo direito de uso e do passivo de arrendamento é demonstrada no quadro abaixo:

Direito de uso	Terreno	Sala comercial	FSRU	Total
Saldo em 01/01/24	**90.036**	**1.697**	**203.466**	**295.199**
Atualização de índice	5.936	78	-	**6.014**
Outros	-	-	10.853	**10.853**
Depreciação	(4.389)	(385)	(10.364)	**(15.138)**
Saldo em 31/12/24	**91.583**	**1.390**	**203.955**	**296.928**
Adições	-	307	-	**307**
Atualização de índice	7.128	86	-	**7.214**
Depreciação	(4.700)	(460)	(10.641)	**(15.801)**
Saldo em 31/12/25	**94.011**	**1.323**	**193.314**	**288.648**
Passivo de arrendamento				
Saldo em 01/01/24	**170.755**	**2.132**	**473.176**	**646.063**
Atualização de índice	5.936	78	-	**6.014**
Correção fluxo de pagamento	-	-	10.853	**10.853**
Juros pagamento subordinado-PdA ano 2024 (*)	189	-	-	**189**
Pagamentos	-	(654)	(95.902)	**(96.556)**
Juros incorridos	15.116	274	72.356	**87.746**
Variação cambial (nota 30 resultado financeiro)	-	-	126.750	**126.750**
Saldo em 31/12/24	**191.996**	**1.830**	**587.233**	**781.059**
Adições	-	307	-	**307**
Atualização de índice	7.128	86	-	**7.214**
Juros pagamento subordinado-PdA ano 2025 (*)	149	-	-	**149**
Pagamentos	-	(748)	(55.832)	**(56.580)**
Juros incorridos	15.587	263	77.531	**93.381**
Transferência do contrato subordinado (*)	(20.272)	-	-	**(20.272)**
Variação cambial (nota 30 resultado financeiro)	-	-	(66.136)	**(66.136)**
Saldo em 31/12/25	**194.588**	**1.738**	**542.796**	**739.122**
Circulante	17.353	741	64.573	**82.667**
Não circulante	177.235	997	478.223	**656.455**

(*) Principal, juros e transferência do contrato subordinado PdA - O contrato de aluguel do terreno com a Porto do Açu Operações é classificado como subordinado, conforme previsto no contrato de financiamento da UTE GNA I. Com a aquisição de 33% da UTE GNA I pela SPIC em janeiro de 2021, a SPIC se comprometeu a realizar de maneira antecipada o montante proporcional a sua participação dos pagamentos subordinados, sub-rogando-se, dessa forma, nos direitos da PdA em relação ao recebimento desses valores. Em abril de 2025 foram realizados pela SPIC à PdA os pagamentos correspondentes ao período de outubro 2021 a dezembro de 2024 e em julho de 2025 foram realizados os pagamentos correspondentes ao período de 01/25 a junho de 2025, conforme nota explicativa 10. Após a análise da aderência à norma IFRS 16, a Cia. identificou os seguintes contratos aderentes: (i) Aluguel do terreno firmado com a Porto do Açu Operações S.A (partes relacionadas); (ii) Aluguel da sala comercial (Botafogo e Campos); (iii) Bareboat Charter FSRU. A Cia. ao mensurar os passivos de arrendamento classificados como operacionais, descontou os pagamentos de arrendamento utilizando taxas incrementais específicas para cada contrato conforme a seguir:

Contratos	2025	2024
Sala comercial Botafogo	14,56%	14,56%
Sala Comercial Campos 1	16,51%	-
Sala Comercial Campos 2	16,61%	-
Terreno	11,74%	11,74%
FSRU	15,26%	15,26%

O fluxo de pagamento sem desconto dos contratos está demonstrado abaixo:

	Sala comercial	Terreno	FSRU
2026	798	18.419	69.877
2027	795	18.419	72.904
2028	417	18.419	73.104
a partir de 2029	108	290.091	1.445.451
Total	**2.118**	**345.348**	**1.661.336**

19 Fornecedores	2025	2024
Passivo circulante		
Fornecedores nacionais	9.152	8.792
Fornecedores estrangeiros	20	37
Despesas provisionadas	82.191	93.467
Total	**91.363**	**102.296**

20 Salários e encargos a pagar	2025	2024
Passivo circulante		
Gratificações a pagar	13.343	8.600
Férias	678	577
Encargos sobre férias	637	579
INSS	2.426	1.849
FGTS	206	117
Bônus de retenção	4.070	-
Total	**21.360**	**11.722**
Passivo não circulante		
Bônus de retenção	639	3.504
Total	**639**	**3.504**

21 Impostos e contribuições a recolher	2025	2024
Passivo circulante		
Imposto sobre serviço ("ISS")	142	271
INSS terceiros	279	388
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços ("ICMS")	3.278	4.887
IR retido na fonte ("IRRF")	995	824
PIS/COFINS a recolher	1.940	14.871
PIS/COFINS/ CSLL-retenção	303	312
PIS/COFINS s/importação	13	13
Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais ("FECP")	2.186	583
Total	**9.136**	**22.149**

22 Encargos setoriais e benefícios tributários: Os encargos setoriais foram criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Seus valores constam das resoluções ou despachos da ANEEL. Cada um dos encargos possui objetivos predefinidos.

Passivo circulante	2025	2024
Fundo Nacional de Desenvolvimento Energético ("FNDCT")	883	530
Ministério de Minas e Energia ("MME")	441	265
Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D")	17.253	13.863
Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE")	265	385
Contribuição decreto 45.308/15 a)	41.569	40.519
Total	**60.411**	**55.562**

a) O Decreto nº 45.308/15, que foi substituído pelo 49.703/25, do Estado do RJ, concedeu isenção de ICMS na compra de equipamentos para construção de usinas térmicas e na aquisição de GNL até 2032. Após a operação da Térmica, uma obrigação de 2% dos gastos variáveis em GNL foi estabelecida. A Resolução Conjunta SEDEERI/SEAS/INEA nº 106/22 regulamentava a compensação energética, mas foi revogada pela Lei 10.456/24. Antes da revogação, empreendedores precisavam declarar o consumo de combustível e apresentar planos de trabalho e projetos conceituais, o que foi cumprido pela GNA, mas a aprovação dos projetos ainda não foi formalizada pelo Estado. A execução depende da assinatura de um Termo de Compromisso, que não ocorreu até o momento, e aguarda-se publicação de novas orientações o para dar continuidade aos projetos.

	Fundo Nacional de Desenvolvimento Energético ("FNDCT")	Ministério de Minas e Energia ("MME")	Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D")	Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE")	Contribuição decreto 45.308/15 a)	Total
Saldo em 01/01/24	**530**	**266**	**8.980**	**263**	**28.381**	**38.420**
Adição	6.304	3.151	4.413	1.891	12.138	27.897
Compensação	(6.304)	(3.152)	-	(1.769)	-	(11.225)
Atualização índice (Selic)	-	-	470	-	-	470
Saldo em 31/12/24	**530**	**265**	**13.863**	**385**	**40.519**	**55.562**
Adição	4.389	2.194	3.072	1.317	1.050	12.022
Pagamento	(4.036)	(2.018)	-	(1.437)	-	(7.491)
Atualização índice (Selic)	-	-	318	-	-	318
Saldo em 31/12/25	**883**	**441**	**17.253**	**265**	**41.569**	**60.411**

23 Empréstimos e financiamentos: Em 20/12/18 a UTE GNA I assinou contratos de financiamento de LP com BNDES, cujos valores foram disponibilizados ao longo dos exercícios de 2019 a 2021. O financiamento do BNDES é garantido pelo KfW IPEX-Bank GmbH ("KfW") até o repagamento total da dívida. Em agosto de 2021, a UTE GNA I emitiu debêntures no montante de BRL 1,8 bilhões, com prazo total de 18 anos, carência de 24 meses e vencimento em 15/07/2039, taxa IPCA + 5,92%. A captação das debêntures foi integralmente realizada em 04/08/21 e tem garantia adicional fidejussória constituída sob a forma de Fianças, que foram totalmente liquidadas em maio de 2024, em razão do atingimento de condições precedentes existentes na Escritura de debêntures, para exoneração de tais garantias. Os empréstimos do BNDES e Debêntures possuem estrutura de "Project Finance", garantidos principalmente através de alienação fiduciária de ativos (equipamentos), das ações da Cia., das contas vinculadas ao projeto e cessão condicional dos direitos contratuais da Cia., bem como pelo fluxo de recebíveis de seus contratos de comercialização de energia (Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado, "CCEAR"). Com a quitação do empréstimo concedido pelo IFC e a emissão de debêntures pela UTE GNA I, as garantias passaram a ser compartilhadas em sua maioria entre o KfW e o agente fiduciário. Em 3/01/24, a Cia. obteve um empréstimo de capital de giro no valor de R$ 150.000.000 junto ao Banco ABC Brasil S.A. A operação, realizada na modalidade "Notas Comerciais Escriturais", possui prazo de 1 ano, custo de CDI + 2,25% e amortização única ("bullet") no vencimento. Os recursos serão destinados unicamente ao pagamento de cargas de gás. Em 27/12/24, o vencimento das Notas Comerciais foi prorrogado em 1 ano, encerrando assim em 05/01/26. Em 23/12/25, a Cia. realizou a liquidação antecipada integral da operação, com pagamento total de R$ 175.240, valor que inclui o principal, os encargos financeiros e o prêmio de R$ 225 pela liquidação antecipada, conforme previsto contratualmente. O quadro abaixo demonstra como o financiamento foi estruturado:

Bancos	Moeda	Objetivo	Taxa de juros contratual	Vencimento	Garantias a)	Linha de crédito total	Taxa efetiva encargos financeiros
BNDES	Real	Investimentos	IPCA + 5,63%	Jan./33	Conta Reserva, Alienação fiduciária e Cessão Condicional.	1.762.800	IPCA +11,22%
Debêntures	Real	Investimentos	IPCA + 5,92%	Jul./39		1.800.000	IPCA + 7,28 %
ABC	Real	Capital de Giro	DI + 2,25%	Jan./26	Clean	150.000	DI + 4,02%

a) O pacote de garantias é compartilhado em primeiro grau, de forma proporcional e sem qualquer ordem de preferência de recebimento entre os credores seniores, com exceção à cessão condicional oferecida apenas em favor do KfW. Em 31/12/25, o passivo está reconhecido da seguinte forma:

	2024	2025						
Instituições	**Total**	**Amortização principal**	**Transferência entre Passivo Circulante e não circulante**	**Juros apropriados**	**Juros pagos**	**Custo de captação adição**	**Custo de captação Amortização mensal**	**Total**
BNDES	1.443.585	(107.637)	(504)	132.966	(166.790)	-	-	1.301.620
Custo de captação (BNDES)	(255.228)	-	504	-	-	-	31.513	(223.211)
Debêntures	2.376.761	(38.858)	-	238.362	(136.306)	-	-	2.439.959
Custo de captação (Debêntures)	(105.144)	-	-	-	-	-	10.079	(95.065)
Banco ABC	150.174	(150.000)	-	24.841	(25.015)	-	-	-
Custo de captação (ABC)	-	-	-	-	-	(2.381)	2.381	-
	3.610.148	**(296.495)**	**-**	**396.169**	**(328.111)**	**(2.381)**	**43.973**	**3.423.303**
Circulante	430.511	(296.495)	288.550	291.775	(328.111)	(2.381)	2.381	386.230
Não Circulante	3.179.637	-	(288.550)	104.394	-	-	41.592	3.037.073
Total	**3.610.148**	**(296.495)**	**-**	**396.169**	**(328.111)**	**(2.381)**	**43.973**	**3.423.303**

Em 31/12/24, o passivo está reconhecido da seguinte forma:

	2023	2024								
Instituições	**Total**	**Ingresso em R$**	**Amortização principal**	**Transferência entre Passivo Circulante e não circulante**	**Juros apropriados**	**Juros pagos**	**Encargos financeiros/Fee apropriados**	**Encargos financeiros/ Fee pagos**	**Custo de captação Amortização mensal**	**Total**
BNDES	1.534.174	-	(92.260)	-	147.307	(145.636)	-	-	-	1.443.585
Custo de captação (BNDES)	(286.748)	-	-	-	-	-	-	-	31.520	(255.228)
Debêntures	2.291.067	-	(23.109)	-	243.914	(130.219)	10.866	(15.758)	-	2.376.761
Custo de captação (Debêntures)	(115.414)	-	-	-	-	-	-	-	10.270	(105.144)
	-	150.000	-	-	19.913	(19.739)	-	-	-	150.174
	3.423.079	**150.000**	**(115.369)**	**-**	**411.134**	**(295.594)**	**10.866**	**(15.758)**	**41.790**	**3.610.148**
Circulante	380.551	-	(115.369)	158.266	307.549	(295.594)	10.866	(15.758)	-	430.511
Não Circulante	3.042.528	150.000	-	(158.266)	103.585	-	-	-	41.790	3.179.637
Total	**3.423.079**	**150.000**	**(115.369)**	**-**	**411.134**	**(295.594)**	**10.866**	**(15.758)**	**41.790**	**3.610.148**

Covenants financeiros e não financeiros: Os contratos de financiamento possuem cláusulas com covenants financeiros e não financeiros, usuais para este tipo de transação, como a obrigação de apresentar aos credores DFs, conformidade com as obrigações tributárias, previdenciárias, trabalhistas e legislação ambiental aplicável, restrições quanto a certas mudanças de sua composição acionária, endividamento adicional e alienações de ativos fora do curso normal do negócio. Dentre os covenants financeiros está incluída a obrigação de manutenção do índice de Cobertura sobre o Serviço da Dívida ("ICSD") acima de 1,10 vezes, apurado anualmente ao fim de cada ano, com base nos últimos 12 meses imediatamente anteriores à medição, após 12 meses do início das operações (conforme estabelecido no contato).Para o exercício de 2025 foi apurado o ICSD de 1,12 vezes (em 31/12/24 foi 1,14 vezes), atendendo, portanto, o requerido contratualmente. **24 Provisão para contingências: a) Contingências prováveis**

	2025	2024
Processos trabalhistas	-	330
Total	**-**	**330**

Atualmente a Cia. não possui nenhum processo com risco provável. O processo contingente judicial em que constava como réu e com prognóstico de perda provável no valor de R$ 12 (questão sindical envolvendo representatividade) foi arquivado. Ainda, em 5/09/25 o processo trabalhista envolvendo a Cia. e seu funcionário (pleito indenizatório de periculosidade) foi liquidado no montante de R$ 270. Em 31/12/24 eram 2 processos, no valor total de R$ 330. **a) Contingências possíveis:** A Administração realiza uma avaliação periódica de processos administrativos e judiciais em que a Cia. possa ser envolvida. A prática de registro contábil de provisão para contingência é baseada na classificação de probabilidade de perda provável, definida pela Administração com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos. Na avaliação de nossos assessores jurídicos internos e externos, estes casos possuem um prognóstico de perda possível. Em 31/12/25 a Cia. possuía R$ 68.206 (R$ 163.018 em 31/12/24) relacionados a exposições passivas cuja probabilidade de perda é considerada possível. Detalhamos abaixo as principais exposições existentes: · **Auto de Infração sobre Remessas ao Exterior:** A UTE GNA I recebeu uma autuação em 27/02/24 referente ao processo administrativo decorrente de autos de infração lavrados para a cobrança de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico ("CIDE") e de

GNA
GÁS NATURAL AÇU

UTE GNA I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 23.449.511/0001-90

IR Retido na Fonte ("IRRF"), relativos ao período/03/19 a dezembro de 2019, cumulados com juros de mora e multa de ofício, no valor total de R$ 669.101 (R$ 611.266 em 31/12/24). Os referidos impostos informados no auto de infração seriam incidentes sobre operações de remessa de recursos ao exterior, cujas naturezas foram identificadas como importação de mercadorias, pagamento de prêmio de seguro, Commitment fee e "outras remessas". Em 27/03/24, a UTE GNA I apresentou Impugnação em face dos autos de infração. Atualmente, aguarda-se a remessa dos autos à Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento ("DRJ"), para distribuição e julgamento da Impugnação. A UTE GNA I analisou o documento em conjunto com seus especialistas jurídicos e tributários e chegou à conclusão de que os argumentos e fatos utilizados para a autuação da Cia. não possuem fundamentação adequada para o valor total cobrado em autuação. Portanto, a Cia., em sua melhor estimativa, considera que o montante equivalente à probabilidade de perda possível monta a R$ 64.899 (R$ 161.131 em 31/12/24). Excluindo-se a parcela avaliada como probabilidade de perda informada acima, o montante remanescente deste auto de infração é avaliado pela Administração com prognóstico de perda remoto. Em setembro de 2024 os autos do Processo foram distribuídos para a Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Curitiba/PR. Em novembro de 2024 foi proferido acórdão pela Delegacia de Julgamento que julgou parcialmente procedente a Impugnação apresentada pela UTE GNA I, reconhecendo (i) a autuação das remessas à Acciona Industrial e Siemens AG pelo IRRF 25% e CIDE 10%; (ii) a não incidência da CIDE sobre as demais remessas realizadas à Innowera; e (iii) o efetivo recolhimento do IRRF sobre a remessa não informada em DCTF realizada à BP GLOBAL INVESTMENTS LIMITED. Em dezembro de 2024 a UTE GNA I apresentou Recurso Voluntário em face do Acórdão nº 109-023.018 proferido pela 12ª Turma da Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil-09, que julgou a Impugnação procedente em parte. Atualmente, por conta de uma questão processual, a relatora do caso sugeriu devolver o processo para separar os dois tributos em discussão-IRRF e CIDE -, que passarão a tramitar em processos distintos. Aguarda-se os próximos passos nessa tramitação. · **Arbitragem Acciona:** A UTE GNA I teve conhecimento da instauração de requerimento de arbitragem no dia 29/04/21, junto ao Tribunal ICC (International Chamber of Commerce), na qual foi requerida em procedimento instaurado pelas prestadoras de serviço Acciona Construcción e Acciona Industrial, as quais foram contratadas para viabilizar a implantação de projeto do terminal de GNL. Em 20/01/22, a Acciona apresentou as suas "alegações iniciais" onde requerem cerca de R$ 185.000 (R$ 185.000 em 31/12/23) para compensar possíveis perdas resultantes da violação de obrigações contratuais. Em 05/08/24 foi realizado acordo, no qual a Acciona realizou o pagamento do valor de R$ 20.000 para a UTE GNA I. A sentença arbitral homologou o acordo entre as partes em 11/10/24.

25 Patrimônio líquido

	2025		2024	
Acionistas	**Quantidade de ações ordinárias**	**% participação**	**Quantidade de ações ordinárias**	**% participação**
GNA Infra	904.086	44,89%	904.086	44,89%
Siemens	445.297	22,11%	445.297	22,11%
SPIC	664.621	33,00%	664.621	33,00%
Total	**2.014.004**	**100,00%**	**2.014.004**	**100,00%**

a. Capital social: Em 31/12/25 e 2024, o capital social da Cia. é igual a R$1.007.002, representado por 2.014.004 ações ON e sem valor nominal.

	Acionista			
	GNA Infra	**Siemens**	**SPIC**	**Capital Social**
Saldo em 01/01/24	**452.043**	**222.648**	**332.311**	**1.007.002**
Saldo em 31/12/24	**452.043**	**222.648**	**332.311**	**1.007.002**
Saldo em 31/12/25	**452.043**	**222.648**	**332.311**	**1.007.002**

b. Reserva de capital: Em 31/12/25 e 2024 a reserva de capital da Cia. é de R$ 1.007.002, onde a GNA Infra possui o montante de R$ 452.043, Siemens R$ 222.648 e a SPIC R$ 332.311.

	Acionista			Reserva de
	GNA Infra	**Siemens**	**SPIC**	**capital**
Saldo em 01/01/24	**452.043**	**222.648**	**332.311**	**1.007.002**
Saldo em 31/12/24	**452.043**	**222.648**	**332.311**	**1.007.002**
Saldo em 31/12/25	**452.043**	**222.648**	**332.311**	**1.007.002**

c. Outros resultados abrangentes: Os saldos que compõe outros resultados abrangentes são relacionados ao reconhecimento da marcação a mercado do *hedge accounting* e imposto diferido reconhecido dessas marcações a mercado. **d. Prejuízos acumulados:** A Cia. é uma S.A. Fechada e observa, para fins de apuração e destinação do resultado, as disposições previstas na Lei nº 6.404/1976. **• Resultado do Exercício de 2025:** Prejuízo líquido do exercício em 2025: R$ (138); Prejuízos acumulados de exercícios anteriores: R$ (2.003.900); Capital social: R$ 1.007.002. **e. Reserva legal:** Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas. Nos exercícios findos em 31/12/25 e 2024 a Cia. apresentou prejuízo não havendo constituição de reserva legal (31/12/24 apresentou prejuízo). **f. Dividendos:** As ações da Cia. participam em condições de igualdade na distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e demais benefícios aos acionistas. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Art. 202 da Lei 6.404/76. Nos exercícios findos em 31/12/25 e 2024 a Cia. apresentou prejuízos não havendo distribuição de dividendos. **26 Receita líquida de serviços:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que esses benefícios econômicos serão gerados para a Cia., quando é possível retratar a transferência de bens e ou serviços, neste caso o fornecimento de energia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita operacional é composta pela receita por disponibilidade, geração e comercialização de energia elétrica (faturada e provisionada) e pela venda de energia no mercado de curto prazo, ambiente CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), que estão reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. O prazo de vigência do contrato de autorização é de 23 anos, encerrando em maio de 2044. No decorrer do ano de 2025, a usina foi enquadrada na ordem de mérito para despacho, porém não foi efetivamente acionada pelo ONS, configurando um cenário de *constrained-off*, conforme previsto nas diretrizes operacionais do setor elétrico. Esse evento não gerou impacto no resultado do período. A composição da receita líquida da Cia. é conforme quadro abaixo:

	2025	2024
Receita bruta		
Mercado Regulado Receita Fixa	1.152.414	1.102.029
Mercado Regulado Receita Variável	99.669	485.524
Mercado de Curto Prazo	1.085	204.091
Venda de GNL	75.020	43.605
Receita de Comercialização-Mercado Livre	588	-
	1.328.776	**1.835.249**
Encargos sobre faturamento		
PIS/COFINS-Mercado Livre	(54)	-
PIS/COFINS - Mercado Regulado	(115.818)	(146.848)
ICMS/FECP - Mercado Regulado	(23.841)	(28.536)
Encargos setoriais - Mercado Regulado	(10.957)	(13.928)
PIS/COFINS - Mercado Curto Prazo	(100)	(18.879)
Encargos setoriais - Mercado Curto Prazo	(10)	(1.834)
PIS/COFINS - Venda de GNL	(6.107)	(3.549)
ICMS - Venda de GNL	(9.002)	(5.233)
Encargos setoriais-Mercado Livre	(5)	-
	(165.894)	**(218.807)**
Receita líquida	**1.162.882**	**1.616.442**

27 Custos de bens e/ou serviços prestados	**2025**	**2024**
Consumo operação GNL a)	(40.197)	(578.964)
Saída para venda GNL a)	(37.146)	(33.790)
Serviços operacionais	(289.929)	(329.590)
Depreciação e amortização	(239.469)	(222.353)
Impostos, multas e taxas	(141.471)	(151.876)
Seguros	(34.905)	(27.998)
Consumo operação MGO b)	(835)	(1.982)
Outras	(3.044)	(14.332)
	(786.996)	**(1.360.885)**

a) Parcela do consumo de estoque GNL para operação, conforme informado na nota 12 e em 31/12/25 consumo referente a venda de GNL para a empresa UTE GNA II no montante de R$ 37.146. b) Parcela do consumo de estoque MGO para operação conforme informado na nota 12.

28 Despesas gerais e administrativas	**2025**	**2024**
Pessoal	(23.864)	(19.229)
TI e Telecom	(3.729)	(2.788)
Depreciação e amortização	(2.533)	(2.389)
Despesas jurídicas a)	(951)	(54.302)
Outras	(6.731)	(7.026)
Total	**(37.808)**	**(85.734)**

a) Conforme mencionado na nota 1 contexto operacional foi reconhecido o montante de R$ 33.523 referente aos encargos judiciais e impostos do processo da arbitragem com a bpGM.

29 Outras despesas e receitas	**2025**	**2024**
Outras receitas		
SFA - *Share Facility Agreement* a)	62.458	35.821
Recuperação de despesas b)	-	4.264
Outras	9	13
	62.467	**40.098**
Outras despesas		
Imobilizado	(15)	(4)
Perda	-	(133)
	(15)	**(137)**
Outros resultados	**62.452**	**39.961**

a) A partir do início do SFA (*Share Facility Agreement*), em 31/05/24, a UTE GNA I passou a emitir mensalmente para a UTE GNA II duas taxas denominadas "Monthly Charge" e SFA other costs" referente ao compartilhamento de infraestrutura necessárias para a operação da UTE GNA II. b) Acciona - Em 05/08/24 foi concluído o acordo, onde foi dada a quitação do saldo devedor entre UTE GNA I e Acciona, onde parte do valor foi reconhecido como recuperação de despesas.

30 Resultado financeiro	**2025**	**2024**
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(396.169)	(411.134)
Encargos financeiros	-	(10.866)
Custo de transação	(43.973)	(41.790)
Juros de arrendamento	(93.355)	(87.721)
Perda em operações de Hedge (NDF)	(2.635)	(262)
Comissões e corretagens	(7.731)	(23.118)
Juros sobre mútuos	(34.601)	(24.618)
IOF	(949)	(3.332)
Juros e multas contratos subordinados	(6.517)	(6.154)
Despesa variação cambial de arrendamento	(43.669)	(147.017)
Variação cambial	(7.899)	(40.444)
Despesa variação cambial contrato subordinado	(58.057)	(182.947)
Outras	(4.978)	(5.652)
Total	**(700.533)**	**(985.055)**
Receitas financeiras		
Receita variação cambial de arrendamento	109.691	21.097
Variação cambial	13.254	-
Receita variação cambial contrato subordinado	132.605	49.860
Juros sobre aplicações financeiras	49.345	23.257
Ganho em operações de Hedge (NDF)	644	1.379
Outras	2.270	393
Total	**307.809**	**95.986**
Resultado financeiro líquido	**(392.724)**	**(889.069)**

31 Gestão de riscos financeiros: a. Considerações gerais e políticas internas: A gestão dos riscos financeiros da Cia. segue o proposto na Política de Riscos Financeiros, e na Política de Risco de Crédito aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos financeiros. O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados. Além disso, a utilização de derivativos tem como único propósito a proteção e mitigação de riscos de mercado, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos ou com propósitos especulativos. A Cia. está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

Riscos	Origem da exposição	Gestão	Valores 2025	Valores 2024
Risco de mercado--taxa de câmbio	Instrumentos financeiros que não são denominados em BRL.	Operações de hedge com NDF.	Montante total de NDF contratada R$ 100.321; Montante NDF contratada para fornecedores estrangeiros R$ 23.985; Montante NDF contratada para contrato de arrendamento em moeda estrangeira R$ 76.336; Demais exposições não cobertas via operação de hedge descritas no item (i) abaixo.	Montante total de NDF contratada R$ 56.460; Montante NDF contratada para fornecedores estrangeiros R$ 14.435; Montante NDF contratada para contrato de arrendamento em moeda estrangeira R$ 42.024; Demais exposições não cobertas via operação de hedge descritas no item (i) abaixo.
Risco de mercado – Taxa de juros	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo CDI e IPCA e aplicações financeiras.	Gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.	Montante de Empréstimos e financiamentos R$ 3.423.303; Montante de Aplicações financeiras R$ 217.944.	Montante de Empréstimos e financiamentos R$ 3.610.148; Montante de Aplicações financeiras R$ 382.033.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo	Montante de compromissos assumidos R$ 11.419.100; Montante de fornecedores R$ 91.363; Montante de contas a pagar partes relacionadas R$ 1.053.289; Montante de Empréstimos e financiamentos R$ 3.423.303; Montante de contrato de arrendamento R$ 739.122.	Montante de compromissos assumidos R$ 12.983.464; Montante de fornecedores R$ 102.296Montante de contas a pagar partes relacionadas R$ 1.086.362; Montante de Empréstimos e financiamentos R$ 3.610.148; Montante de contrato de arrendamento R$ 781.059.
Risco de crédito	Recebíveis e transações com derivativos	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.	Montante de contas a receber partes relacionadas R$ 11.254; Montante depósito bancário vinculado R$148.562.	Montante de contas a receber partes relacionadas R$ 4.459; Montante depósito bancário vinculado R$43.064.

b. Gestão de risco de mercado: ***(i) Risco cambial:*** A Cia., visando se proteger de eventos decorrentes de oscilações nas cotações de moedas de fornecedores estrangeiros e partes relacionadas, principalmente vinculados a operação ou investimentos em novos projetos, adotou operações de hedge cambial. Essas operações têm como objetivo proteger o resultado e o fluxo de caixa da empresa. Em 31/12/25, a Cia. possui um contrato de arrendamento em moeda estrangeira, referente ao período operacional, no montante de USD 98.636 (31/12/24 USD 94.804), no qual o montante de USD 85.731 (31/12/24 USD 87.110) não possui proteção via operações de hedge. Em 31/12/25, a Cia. possui contratos de pagamentos subordinados com a Siemens Energy, referente ao Operation and maintenance (O&M") e Long term maintenance plan ("LTMP") no montante de USD 7.383 (31/12/24 USD 5.554) e com a BP, referente ao Flexible fee no montante de USD 104.033 (31/12/24 USD 79.791) nos quais não possuem proteção via operações de hedge. Em 31/12/25, a Cia. possui contrato com a BP com saldo a pagar, referente ao fornecimento de GNL, onde não existem mais saldos a liquidar, em razão da baixa das Reconciliation Invoices, decorrente do acordo celebrado com a BP referente à apuração da tranche três nos despachos por ordem de mérito (31/12/24 USD 9.000), nos quais não possuem proteção via operações de hedge. Em 31/12/25, a Cia. possui depósito bancário vinculado MRA *"Maintenance Reserve Account"* no montante de USD 5.489 (31/12/24 USD 5.290) no qual não possuem proteção via operações de hedge. As estratégias de hedge cambial são descritas no item 'Informações complementares sobre os instrumentos derivativos'. ***(ii) Risco de taxas de juros:*** Este risco é oriundo da possibilidade de a Cia. incorrer perdas, devido a flutuações nas taxas de juros anuais, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas aos rendimentos das aplicações financeiras e custo de dívida. Desta forma, a Cia. monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. **c. Gestão de risco de liquidez:** O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Cia. não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Cia. busca constantemente a mitigação do risco de liquidez. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar a liquidez. Em 31/12/25, a Cia. mantinha um total de aplicações no curto prazo de R$ 217.944 (31/12/24 R$ 382.033) e depósitos bancários vinculados de R$ 148.562 (31/12/24 R$ 43.064).

Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 6 meses	6 a 12 meses	2027	2028	2029	2030 em diante
Fornecedores	91.363	91.363	72.889	18.474	-	-	-	-
Contas a Pagar - partes relacionadas	1.053.289	1.053.289	123	149.687	134.686	224.476	544.317	-
Mútuos - partes relacionadas	276.352	276.352	-	-	-	110.541	146.467	19.344
Empréstimos	3.423.303	6.760.902	190.758	202.044	336.234	394.466	409.650	5.227.750
Passivos de arrendamento	739.122	2.008.802	42.733	46.360	92.118	91.940	363.104	1.372.547
Passivos financeiros derivativos								
Non- deliverable Forwards (NDF)	(2.690)	-	(477)	(2.213)	-	-	-	-

d. Gestão de risco de crédito: O risco de crédito refere-se à possibilidade de a Cia. incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. ***Risco de crédito junto a instituições financeiras:*** Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e derivativos, a Cia. segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras com saudável qualidade de crédito. É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de LP publicados pelas agências de *rating* para as principais instituições financeiras com as quais a Cia. possui operações.

Ratings **de LP em escala nacional**	**Moody's**	**S&P**	**Fitch**
Banco Santander S.A	AAA.br	brAAA	-
Banco BTG Pactual	AAA.br	brAAA	AAA(bra)
Banco Bradesco S.A	AAA.br	brAAA	AAA(bra)
Banco do Brasil S.A	AAA.br	-	AAA(bra)
Banco ABC Brasil S.A.	AAA.br	brAAA	AAA(bra)
Banco Votorantim S.A.	AA+.br	brAAA	AAA(bra)
XP Investimentos	-	brAAA	AAA(bra)
Citibank	-	-	AAA(bra)

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Cia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

Mensurados pelo custo amortizado	**2025**	**2024**
Caixa e equivalente de caixa	395.156	425.055
Clientes	150.728	294.430
Depósito bancário vinculado	148.562	43.064
Instrumentos financeiros derivativos	(695)	5.990

e. Informações complementares sobre os instrumentos derivativos: A Cia. possui instrumentos derivativos de *Non-deliverable Forwards* (NDF) com objetivo de proteção econômica e financeira contra risco flutuação cambial. Todas as operações de derivativos dos programas de hedge estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui, por contrato de derivativo, informações sobre tipo de instrumento, valor de referência (nominal), vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores pagos/recebidos ou provisionados no exercício. Com o objetivo de determinar a relação econômica entre protegidos pagamentos a fornecedores e o instrumento de hedge, a Cia. adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge possam ser compensados mutuamente. ***Programa de hedge das Non-deliverable Forward-NDF:*** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Cia. pode contratar operações via NDF *(Non-deliverable forwards)* para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar e Euro.

	2025	2024
Ativo	**636**	**9.462**
Circulante	636	5.119
Não circulante	-	4.343
Passivo	**3.327**	**-**
Circulante	3.327	-
Outros resultados abrangentes	(695)	5.990
Total do patrimônio líquido	**(695)**	**5.990**
Ganho (Perda) Operações de Hedge-Provisão (i)	(2.421)	1.227
Total do Resultado Financeiro	**(2.421)**	**1.227**

Ganho (Perda) Hedge liquidado reconhecido no custo	(287)	(11.168)
Ganho (Perda) Hedge liquidado reconhecido no resultado financeiro	430	(109)
Total Ganho (Perda) Hedge	**143**	**(11.277)**

(i) Em 31/12/25, o valor de 2.421 trata-se de marcação a mercado do componente ineficaz registrado no resultado financeiro (31/12/24 R$ 1.227).

	NDF contratada em R$		Marcação a mercado (MTM)		Valor a recebido ou pago
NDF	**2025**	**Vencimento (ano)**	**2025**	**2024**	**2025**
Termo USD	-	2025	-	5.120	143
Termo USD	(100.321)	2026	(2.690)	4.342	-
Líquido			**(2.690)**	**9.462**	**143**

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de hedge *accounting* e mensurado a valor justo por meio do resultado abrangente. ***Tratamento contábil dos instrumentos derivativos:*** Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Quando a transação for elegível e designada como *hedge accounting*, mudanças no valor justo dos derivativos são registradas como segue: (i) Hedge de fluxo de caixa: as variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge efetivo de fluxo de caixa têm seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes) e o componente ineficaz registrado no resultado (Receita/Despesa financeira). Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para o Imobilizado e custos em contas apropriadas (Hedge liquidado) quando os itens protegidos forem efetivamente realizados. O ganho/perda nas operações de hedge são as marcações a mercado registradas mensalmente de todos os títulos protegidos. A Cia. documenta no início da operação de hedge accounting, com o objetivo de gestão de risco, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens por ele protegidos, assim como a estratégia para a realização de operações de hedge e documenta, tanto no início quanto de forma contínua, sua avaliação de que os derivativos usados nas operações de hedge são eficazes. **f. Análise de sensibilidade:** As análises a seguir estimam o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. · **Cenário Provável:** Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes ao final do exercício. **· Cenário II:** considera um choque de 25% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável. **· Cenário III:** considera um choque de 50% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável. Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável. Para a análise de sensibilidade das exposições cambiais e de índices, a Administração entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição(BRL)	Cenário provável	Impacto cenário(II)	Impacto cenário(III)
NDF							
Item protegido: parte de desembolso em USD	Dólar	Queda do dólar	5,9082	(100.321)	(2.691)	(2.065)	(1.409)
Exposição líquida				**(100.321)**	**(2.691)**	**(2.065)**	**(1.409)**

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição(BRL)	Cenário provável	Impacto cenário(II)	Impacto cenário(III)
Passivo de arrendamento IFRS 16 USD	Dólar	Alta do dólar	5,5024	(471.728)	66.022	(117.932)	(235.864)
Exposição líquida				**(471.728)**	**66.022**	**(117.932)**	**(235.864)**

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição(BRL)	Cenário provável	Impacto cenário(II)	Impacto cenário(III)
Contrato de pagamentos subordinados							
Contrato de *Operation and maintenance* (O&M") e *Long term maintenance plan* ("LTMP") coma Siemens Energy	Dólar	Alta do dólar	5,5024	(40.623)	(476)	(10.156)	(20.311)
Contrato de Flexible fee com a BP Global	Dólar	Alta do dólar	5,5024	(572.429)	(3.004)	(143.107)	(286.214)
Exposição líquida				**(613.052)**	**(3.480)**	**(153.263)**	**(306.525)**

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido à variação das taxas de juros nas aplicações financeiras e empréstimos que poderá ser reconhecida no resultado da Cia. no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (BRL) (Base 2025)	Rendimento bruto no cenário provável (BRL)	Impacto cenário (II) (BRL)	Impacto cenário (III) (BRL)
Aplicações de renda fixa	CDI	Queda de juros	14,90%	217.944	32.473	(8.118)	(16.236)

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (BRL)	Impacto cenário (II)	Impacto cenário (III)
Empréstimos	IPCA	Alta do IPCA	0,34	3.423.303	3.728.364	3.753.094

Estimativa de valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Cia. tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Cia. Para a mensuração e determinação do valor justo dos instrumentos de derivativos, denominados *Non-Deliverable Forward* (NDF), contratados pela UTE GNA I, utilizamos as taxas de mercado obtidas no site da B3, sendo elas (i) Real x USD (ii) Real x Euro. Para esta precificação, consideramos a data de fechamento do exercício contábil em análise. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: • **Nível 1 -** Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Cia.; • **Nível 2 -** Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações direta ou indiretamente em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível anterior. • **Nível 3 -** Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Cia., assim como seu nível de mensuração, em 31/12/25 e 2024:

	Nível	2025		2024	
Ativos financeiros (Circulante/ Não circulante)		**Contábil**	**Valor Justo**	**Contábil**	**Valor Justo**
Mensurados pelo custo amortizado		**554.972**	**554.972**	**472.578**	**472.578**
Caixas e equivalentes de caixa		395.156	395.156	425.055	425.055
Depósito bancário vinculado		148.562	148.562	43.064	43.064
Contas a receber - partes relacionadas		11.254	11.254	4.459	4.459
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)					
Mensurado pelo custo amortizado		**5.583.429**	**5.583.429**	**5.821.616**	**5.821.616**
Fornecedores		91.363	91.363	102.296	102.296
Contas a pagar - partes relacionadas		1.053.289	1.053.289	1.086.362	1.086.362
Mútuo - partes relacionadas		276.352	276.352	241.751	241.751
Empréstimos e financiamentos		3.423.303	3.423.303	3.610.148	3.610.148
Passivos de arrendamento		739.122	739.122	781.059	781.059
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente e resultado financeiro		**(2.690)**	**(2.690)**	**9.462**	**9.462**
Non-deliverable forwards (NDF) - Instrumento de Hedge	2	(2.690)	(2.690)	9.462	9.462

Não houve transferências de Nível 2 durante o exercício findo em 31/12/25. ***Métodos e técnicas de avaliação:*** • Caixa e bancos, contas a receber e contas a receber partes relacionadas, contas a pagar e contas a pagar partes relacionadas - Decorrem diretamente das operações da Cia. sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações. • Fornecedores - A Cia. entende que valor justo de fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. • Empréstimos e financiamentos - Para os financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Cia. entende que, por se tratar de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo das operações. Em 23/12/25, a Cia. efetuou a liquidação antecipada integral do empréstimo no Banco ABC, conforme previsto contratualmente e detalhado na nota explicativa 23. • Instrumentos derivativos - Para cálculo da marcação a mercado - MTM, utiliza-se a projeção da cotação da moeda contratada na NDF para a data de vencimento de acordo com a curva de futuros da BM&F. Este valor é trazido a valor presente de acordo com a projeção do CDI segundo a curva de DI futuro da BM&F. **32 Cobertura de seguros:** A Cia. adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31/12/25 e 2024, as coberturas de seguros são as seguintes:

	2025	2024
Property / BI	2.751.200	3.096.150
CBI - FSRU	739.116	519.849
Terrorismo	352.154	396.307
Responsabilidade Civil - Operação	220.096	247.692
Transporte de Equipamentos Importados	13.756	15.481
D&O - Directors and officers	200.000	200.000
Responsabilidade Civil (Operador Portuário)	137.560	154.808
Responsabilidade Civil (Ambiental)	20.000	12.000
Transporte GNL	346.651	390.115
Garantia Aduaneira	2.390	1.683
Cyber Security	10.000	10.000

33 Compromissos assumidos: Em 31/12/25, a Cia. apresentou compromissos assumidos de compras futuras no valor de R$ 11.419.098 (R$ 12.983.464 em 31/12/24), que deverão ser cumpridos no decorrer das obras e operação da Termelétrica.

	2025	2024	Descrição
Ativo Imobilizado/Intangível			
Adiantamentos para formação de imobilizado	3	3	Manutenção e qualidade do Ar, serviço de vigilância, consultorias, estudos e projetos.
Peças Sobressalentes-Manutenção	896.726	1.016.565	Peças de substituição e manutenção da Térmica e gastos com a importação.
Intangível	901	1.473	Licenças de sistemas.
Total Imobilizado/ Intangível	**897.630**	**1.018.041**	
Total Ativo	**897.630**	**1.018.041**	
Resultado			
Custos	10.420.463	11.861.966	Contratos de operação da térmica, operações e manutenção de FSRU.
Despesas Gerais e Administrativas	72.041	71.113	Gastos com viagens e estadias, consultoria para TI, assessoria financeira, despesas com escritório, benefícios para funcionários.
Custos de Transações	28.966	32.344	Gastos atrelados aos Financiamentos, Debêntures.
(Despesas Financeiras)			
Total Resultado	**10.521.470**	**11.965.423**	
Total Geral	**11.419.100**	**12.983.464**	

34 Eventos subsequentes: · Pagamento da dívida semestral (BNDES, KFW e Debêntures): Nos dias 02 e 15/01/26, a UTE GNA I pagou o montante de R$ 190.883 referente ao principal e juros do empréstimo e financiamento com BNDES, KFW e debêntures conforme prazo estabelecido no contrato de financiamento

Emmanuel Charles Delfosse – Diretor Presidente;
Luiz Fernando Nogueira – Diretor Financeiro ;
Fábio Herllain de Cerqueira – Contador CRC: 106747/O-7 RJ

UTE GNA I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 23.449.511/0001-90

Relatório dos auditores independentes sobre as DFs: Aos Diretores e Acionistas da UTE GNA I Geração de Energia S.A. RJ-RJ. **Opinião:** Examinamos as DFs da UTE GNA I Geração de Energia S.A. (“Cia.”), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as DFs acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UTE GNA I Geração de Energia S.A. em 31/12/2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais *(IFRS Accounting Standards)* emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das DFs . Somos independentes em relação à Cia., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de DFs de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião**. Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das DFs como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas DFs e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Veja Nota Explicativa 15 das DFs: Principal assunto de auditoria:** Em 31/12/2025, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15 às DFs, a Cia. possui registrado montantes de ativos fiscais diferidos referentes a prejuízos fiscais e base negativas de C.S.. Para elaborar as projeções de lucros tributáveis futuros, a Cia. utiliza de certas premissas e julgamentos relevantes, tais como premissas macroeconômicas como projeção do dólar e indicadores de inflação. Consideramos esse assunto como significativo para a auditoria das DFs pelo julgamento das estimativas utilizadas na determinação de bases tributárias futuras, advindas da projeção de resultado da Cia. que levam em consideração premissas relevantes. **Como auditoria endereçou esse assunto: - Recuperabilidade do I.R. e C.S. diferidos ativos:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) Entendimento do processo de preparação e revisão do modelo de negócios e análises da recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos da Cia. (ii) Avaliação das premissas relevantes utilizadas na preparação da projeção dos lucros tributáveis futuros, como, inflação e dólar que impactam as receitas e os custos futuros da Cia., confrontando-as com dados obtidos de fontes externas e internas. (iii) Comparação das análises preparadas pela Administração para a recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos reconhecidos na extensão pela qual haverá lucros tributáveis futuros suficientes para utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas de C.S. reconhecidas com histórico e estudos de anos anteriores (iv) Avaliamos ainda a adequação das divulgações nas notas explicativas, incluindo os valores de ativos fiscais diferidos não reconhecidos ou baixados devido às incertezas relevantes para recuperação. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajuste imaterial que afetou a mensuração e a divulgação do I.R. e C.S. diferido ativo que foi parcialmente registrado e divulgado pela administração. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, mas não limitados a eles, consideramos que são aceitáveis, no tocante à sua recuperabilidade, o saldo dos ativos fiscais diferidos, no contexto das demonstrações relativas ao exercício findo em 31 dezembro de 2025. **Outras informações que acompanham as DFs e o relatório dos auditores:** A administração da Cia. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as DFs não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório como parte do nosso trabalho de auditoria das DFs. Em conexão com a auditoria das DFs, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as DFs ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração DFs:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das DFs de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais *(IFRS Accounting Standards)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de DFs livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das DFs, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das DFs, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cia. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das DFs:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as DFs, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas DFs . Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas DFs, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. . • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia.. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas DFs ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das DFs, inclusive as divulgações e se as DFs representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das DFs do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. RJ, 13/03/2026. KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/O-6 F-RJ; Juliana Ribeiro de Oliveira - Contadora CRC RJ-095335/O-0.